



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES'

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

GABRIEL MANUEL DA SILVA NETO

**A INFLUÊNCIA DA CRIMINALIDADE NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO: ESTUDO DE CASO DO CALABAR**

Salvador
2012

GABRIEL MANUEL DA SILVA NETO

**A INFLUÊNCIA DA CRIMINALIDADE NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO
URBANO: ESTUDO DE CASO DO CALABAR**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Análise Regional, Universidade Salvador - UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes.

Salvador
2012

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da
Universidade Salvador – UNIFACS

Silva Neto, Gabriel Manuel da

A influência da criminalidade na (re)produção do espaço urbano: estudo de caso do Calabar./ Gabriel Manuel da Silva Neto.– Salvador: UNIFACS, 2012.

158 f. : il.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Análise Regional e Urbano, Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes.

1. Espaço urbano. 2. Criminalidade. I. Costa Gomes, Carlos Alberto da, orient. II. Título.

CDD: 307.76

TERMO DE APROVAÇÃO

GABRIEL MANUEL DA SILVA NETO – CAP PMBA

A INFLUÊNCIA DA CRIMINALIDADE NA (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO:
ESTUDO DE CASO DO CALABAR

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Urbano e Regional, Universidade Salvador - UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Carlos Alberto da Costa Gomes – Orientador _____
Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército Brasileiro
Universidade Salvador - UNIFACS

Laumar Neves de Souza _____
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia - UFBA
Universidade Salvador - UNIFACS

Valmir Farias Martins _____
Doutor em Desenvolvimento Urbano e Regional pela Universidade Salvador - UNIFACS
Faculdade Dom Pedro II

Salvador, ____ de _____ de 2012

A senhora Lindinalva (*in memoriam*), minha mãe e pilastra central de uma família muito especial, meu eterno amor;

Ao senhor Crispim Silva, meu pai, pelo exemplo de carinho e atenção;

A Annie e Giovana, minhas amadas filhas, fonte de inspiração e aprendizado.

A Cristiane, minha esposa, pela paciência, carinho e amor dispensados;

Aos irmãos, cunhados e sogros, obrigado.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, absoluto e eterno pai toda honra, glória, louvor e ações de graças.

Ao Prof. Dr. Carlos Alberto da Costa Gomes, orientador atencioso, receptivo e verdadeiro Mestre.

Ao Doutor João Apolinário, amigo e mestre, que se posicionou sempre à disposição para orientações e ajudas diversas, nosso exemplo acadêmico.

Aos Colegas do curso, importantíssimos para meu aprendizado e para meu crescimento acadêmico.

Aos Professores, pela qualidade do ensino e simpatia dispensadas.

Aos funcionários da UNIFACS, pela disposição constante em atender bem.

Aos entrevistados, pelos seus depoimentos, doação de tempo e generosidade.

Muito obrigado por possibilitarem a realização deste trabalho, que tem a pretensão de colaborar na melhoria das condições de vida dos soteropolitanos, principalmente no que se refere à Segurança Pública.

“A análise do espaço urbano requer imediata consideração da questão da criminalidade, na medida em que o aumento desta se refletiu na configuração espacial, transformando a paisagem urbana”.

Costa Gomes (2005)

RESUMO

A presente dissertação tem como temática a influência da criminalidade na (re)produção do espaço urbano: estudo de caso do Calabar, na cidade de Salvador. A metodologia aplicada para este estudo de caso seguiu um roteiro com base etnográfica, abordagem exploratório-descritiva, aliado à fundamentação teórica na produção do espaço urbano em sua problemática e teorias, bem como as desigualdades e desequilíbrios urbanos. A questão que balizou esta pesquisa recaiu na forma de como a criminalidade influencia na (re)produção do espaço intra-urbano do Calabar. O objetivo geral aborda analisar a influência da criminalidade ou da necessidade de proteção decorrente da conduta criminal capaz de (re)produzir o espaço intra-urbano. Os objetivos específicos estão em poder analisar a produção do espaço urbano como teoria e sua problemática responsável pelas desigualdades e desequilíbrios regionais, bem como o Índice de Desenvolvimento Humano do Brasil, da Bahia, de Salvador e a Unidade de Desenvolvimento Humano do Calabar para uma compreensão da produção desigual do espaço intra-urbano. Sob outro aspecto esta pesquisa tenta examinar de que forma a criminalidade influencia na produção do espaço intra-urbano pelo viés quantitativo e qualitativo observado pelas estruturas de Segurança Pública no Brasil e na Bahia, e por final comprovar a influência da criminalidade na (re)produção do espaço intra-urbano no Calabar, observando seu conteúdo histórico e a presença de uma nova prática de Segurança Pública. Os resultados comprovados apontam para uma relação de influência da criminalidade na (re)produção do espaço urbano no Calabar, de forma material, concreta e abstrata evidenciada pela forma qualitativa desta criminalidade, que simbolicamente rotula o bairro como local perigoso, suficiente para incentivar a adoção de Políticas de Segurança Pública, como a Base Comunitária do Calabar, que corresponde uma célula embrionária de Policiamento Comunitário na localidade e modelo prático de policiamento, que resultante da participação política dos residentes locais, incluiu uma nova forma de atuação entre a atividade de polícia e a comunidade, portanto de uma produção do espaço intra-urbano.

Palavras-chave: Criminalidade. Produção. Espaço urbano.

ABSTRACT

This dissertation has as its theme the influence of crime in the (re) production of urban space: a study case of Calabar, neighborhood in the city of Salvador. The methodology applied to this case, followed a script based ethnographic ally in the theoretical production of urban space, and theories on the problem as well as its urban inequalities and imbalances. The question that this research reaches fell in how crime affects the (re) production of urban space. The overall objective approach to analyze the influence of crime or the need for protection of criminal conduct arising able to (re) produce the intra-urban space. The specific objectives are to analyze the production of urban space as a theory and its problematic responsible for inequalities and regional imbalances, as well as the Human Development Index in Brazil, Bahia, Salvador and Human Development Unit of Calabar for an understanding of uneven production of intra-urban space. Under another aspect of this study is to examine how crime affects the production of the intra-urban bias by quantitative and qualitative structures observed by Public Safety and Bahia in Brazil, and by the end proving the influence of crime in the (re) production the intra-urban space in Calabar, noting its historical content and the presence of a new practice of Public Safety. The results indicate proven a relationship of influence of crime in the (re) production of urban space in Calabar, so material, concrete and abstract evidenced by the adoption of Public Security Policies such as the Community Based Calabar, which is an embryonic cell of Community Policing in the locality and practical model of policing, that resulting from the political participation of local residents, including a new way of working between the police and community activity, so a production of intra-urban space.

Keywords: Crime. Production. Urban space.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – Bairro de Pernambués visto da Av. Luis Eduardo Magalhães e Av. Manuel Dias da Silva, Salvador-BA | 40 |
| Figura 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda, NE, 2000 | 45 |
| Figura 3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda, Bahia | 49 |
| Figura 4 – Divisão Político-Administrativa da RMS | 51 |
| Figura 5 – Índice e Desenvolvimento Humano Municipal de Zonas RMS, 2000 | 52 |
| Figura 6 – Avaliação da Justiça Criminal sobre Homicídios nos Continentes | 64 |
| Figura 7 – Região de Influência da metrópole: Salvador, 2007..... | 69 |
| Figura 8 – Mapa das Áreas Integradas da Segurança Pública da RMS | 77 |
| Figura 9 – Diagrama do tripé para análise da implantação do EUS..... | 80 |
| Figura 10 – Bairro do Calabar | 85 |
| Figura 11 - Foto Aérea do Calabar, Jardim Apipema e Graça | 90 |
| Figura 12 – Difusão pela Associação de Moradores de inscrições em cursos..... | 93 |
| Figura 13 – Foto das construções no Calabar..... | 95 |
| Figura 14 – Foto das construções no Calabar..... | 96 |
| Figura 15 – Centro de Direitos Humanos no Calabar em Camarão | 96 |
| Figura 16 – Serviço público na Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar | 98 |
| Figura 17 – Percentual de crianças em domicílios com renda R\$ 37, 75. Censo 2000 | 100 |
| Figura 18 – Inauguração da Base Comunitária de Segurança do Calabar | 105 |
| Figura 19 – Sala de videomonitoramento da BCS o Calabar | 106 |
| Figura 20 – Câmera de Segurança da BCS do Calabar | 107 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|-----|
| Gráfico 1 – Diagrama de Dispersão dos Municípios da Região Nordeste, IDH anos 1991 e 2000 | 47 |
| Gráfico 2 – Diagrama de Dispersão dos Municípios da Região Sudeste, IDH anos 1991 e 2000 | 48 |
| Gráfico 3 – índice de homicídios anual por grupo de cem mil distribuído por continente, no período de 2003-2008..... | 63 |
| Gráfico 4 - Taxa de homicídios dolosos por grupos de 100 mil habitantes - Análise Bahia / Nordeste / Brasil (2000 a 2011) | 65 |
| Gráfico 5 – Mortes por causas externas na RMS período de 1996 a 2009 | 68 |
| Gráfico 6 – IDH das UDHs do município de SSA, censo 2000..... | 102 |
| Gráfico 7 – Comportamento entre homicídios e roubos no Calabar..... | 104 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----|
| Tabela 1 – Evolução das ocorrências criminais no Calabar (2006-2011) | 103 |
|--|-----|

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| AISP | Área Integrada de Segurança Pública |
| ACBEU | Aliança Brasil e Estados Unidos da América |
| ASBRC | Associação Beneficente e Recreativa do Calabar |
| CEDEP | Centro de Documentação e Estatística Policial |
| CONDER | Companhia de Desenvolvimento Metropolitano de Salvador |
| CPTED | Crime Prevention Through Environmental Design |
| CVLI | Crimes Violentos Letais Intencionais |
| CVP | Crimes Violentos contra o Patrimônio |
| DATASUS | Departamento de informática do Sistema Único de Saúde |
| EPUCS | Escritório do Plano Urbano da Cidade de Salvador |
| EUS | Espaços Urbanos Seguros |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IDH | Índice de Desenvolvimento Humano |
| IDHM | Índice de Desenvolvimento Humano Municipal |
| ONU | Organização das Nações Unidas |
| PC | Polícia Civil da Bahia |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PMBA | Polícia Militar da Bahia |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| PRONASCI | Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania |
| RA | Regiões Administrativas |
| RM | Regiões Metropolitanas |
| RMS | Região Metropolitana de Salvador |
| SEI | Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia |
| SENASP | Secretaria Nacional de Segurança Pública |

| | |
|--------|---|
| SESP | Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Prevenção à Violência |
| SIMM | Sistema Municipal de Intermediação de Mão-de-obra |
| SSP-BA | Secretaria da Segurança do Estado da Bahia |
| TEUD | A Teoria Espaços Urbanos Defensáveis |
| TS | A Teoria Situacional |
| TSE | A Teoria da Sintaxe Espacial |
| UDH | Unidades de Desenvolvimento Humano |
| UNODC | Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes |

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 18 |
| 1.1.1 Área de estudo | 18 |
| 1.1.2 Objetivos | 19 |
| 1.2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL | 20 |
| 2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO | 24 |
| 2.1 A PROBLEMÁTICA SOBRE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO | 30 |
| 2.2 TEORIAS SOBRE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO | 33 |
| 2.3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO BRASIL | 37 |
| 2.4 O ESPAÇO URBANO BRASILEIRO E AS DESIGUALDADES E DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS | 43 |
| 3 A CRIMINALIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO | 54 |
| 3.1 ESTRUTURA ESPACIAL DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E BAHIA/SALVADOR | 70 |
| 3.2 ESPAÇOS URBANOS SEGUROS | 77 |
| 4 A COMUNIDADE DO CALABAR | 85 |
| 4.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO CALABAR | 90 |
| 4.2 AS DESIGUALDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CALABAR | 99 |
| 4.3 A CRIMINALIDADE NO CALABAR | 103 |
| 4.3.1 Estrutura Espacial da Segurança Pública no Calabar | 105 |
| 4.3.2 Análise das entrevistas sobre a influência da criminalidade na (re)produção do espaço no Calabar | 108 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 114 |
| REFERÊNCIAS | 119 |
| APENDICE A – Roteiro de Entrevista | 128 |
| APENDICE B – Entrevistas realizadas com atores sociais da Comunidade do Bairro do Calabar - Salvador - Bahia | 130 |
| ANEXO A – Índice do Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M - 1991 e 2000 - Todos os Estados do Brasil | 147 |
| ANEXO B – Índice do Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M - 1991 e 2000 - UDHs do município de Salvador | 148 |
| ANEXO C – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 1991 e 2000 - Todas as UDHs da Região Metropolitana de Salvador | 153 |

1 INTRODUÇÃO

As maiores discussões acerca da eficácia do sistema de Segurança Pública no Brasil têm se mostrado estreitamente relacionadas com a lógica da estrutura urbana das cidades, segundo os estudos desenvolvidos por Souza (2000) e Costa Gomes (2005).

O crescimento (des)ordenado das cidades brasileiras consolida o processo urbano por vezes irreversível, vez que são ineficazes as políticas públicas voltadas para a fixação do homem no campo, de onde partem, todos os anos, grandes contingentes humanos ora atraídos pelo fascínio das grandes cidades, ora compelidos pela falta de trabalho e pelo desalento nas comunidades de origem.

Nesse contexto, o fenômeno dos inchaços urbanos e sua dinâmica, constitui-se numa questão social crônica no país e tema recorrente da acurada análise de Santos (1993, p.121) que afirma: “A urbanização crescente é uma fatalidade neste país, ainda que essa urbanização se dê com o aumento do desemprego, do subemprego e do emprego mal pago e a presença de trabalhadores informais nas cidades médias e nas cidades pequenas”.

Assim, o processo de urbanização requer o entendimento das dinâmicas territoriais, isto é, do quadro geográfico que funciona como força de atração ou repulsão num dado cenário de tempo-espaço. A ocorrência das correntes migratórias humanas, por exemplo, segue uma tipicidade permeada pelas demandas produtivas reais ou potenciais e pela subjetividade dos sujeitos.

A urbanização é, portanto, mais do que a ocupação humana do espaço geográfico, mas a resultante entre a organização humana e suas possibilidades, e as condicionantes físicas desses processos territoriais.

Por outro lado, as desigualdades sociais, no mesmo espaço territorial, nos centros urbanos, trazem importantes desafios às políticas públicas em todos os níveis federal, estadual e municipal, especialmente no campo do combate à pobreza que é dos mais relevantes fatores de vulnerabilidade social em todos os tempos.

Essa situação é visível numa metrópole como Salvador onde coexistem áreas em que o padrão de vida é similar ao de países desenvolvidos e áreas nas quais a pobreza é absoluta, como nas regiões mais pobres do país.

No tocante à segurança pública, esta demanda promovida pelas desigualdades socioeconômicas vem acompanhada da crescente preocupação com a elevação alarmante dos indicadores da violência, que é continuamente, retroalimentado pelo grande contingente populacional brasileiro sem acesso ao atendimento das necessidades primárias e, portanto, desamparado pelo estado democrático de direito, torna-se incapaz de garantir sua cidadania, submetendo-o a uma forma de marginalidade social que, na maioria das vezes, evolui, por uma questão de sobrevivência, para uma marginalidade criminosa.

A marginalidade criminosa, mais organizada, passou a protagonizar crimes com requintes e sofisticações surpreendentes, como as ocorridas nas rotas do tráfico de drogas na América Latina, a exemplo do mercado em expansão do cloridrato de cocaína, consumido pelas classes altas dos países latinos, como subsistema de varejo, possui rotas de escoamento iniciadas nos países andinos, e terminadas nos Estados Unidos e Europa, onde congregam o subsistema de importação/exportação/atacado com a presença de grandes traficantes de tóxicos, que tutela ações visando à proteção do abastecimento interno de drogas nos centros urbanos (SOUZA, 2000, p.54).

As Polícias Militar e Civil, cujas formas de atuação preventiva e repressiva são naturalmente reguladas pelo arcabouço jurídico brasileiro (a Carta Magna de 1988 e o extenso conjunto de dispositivos legais infraconstitucionais, a exemplo do Código Penal Brasileiro - CPB) servem de contraponto para o enfrentamento dessa marginalidade criminosa. Incide cada vez mais a necessidade de aprimoramento profissional e de práticas de inserção comunitária das polícias, buscando a prevenção e a repressão criminal, porém inexiste no país qualquer responsabilidade técnica legal da atividade policial atrelada ao planejamento urbano na promoção do território seguro, haja vista o vivenciar cotidiano desses profissionais com a lide criminal, que lhes proporciona um acúmulo de experiências na prática social da segurança pública.

A maior complexidade de atuação das organizações criminosas, somada às novas formas de ocupação do espaço urbano, como a verticalização das cidades, a progressiva favelização metropolitana e uma visão política disseminada que valoriza soluções pontuais e imediatistas para aplacar o clamor público por mais segurança, dentre outros fatores, que compõem um panorama de insegurança social que a todos preocupa.

Nesse cenário, a violência urbana ganha múltiplas formas de expressão. Assim como as pessoas, as cidades têm personalidade própria e disso deriva uma infindável variedade de ações e reações manifestas da violência no espaço urbano. Considera-se racional dizer que os espaços urbanos brasileiros são territórios fragmentados e o são por razões ora óbvias, ora nem tão aparentes, devido a ausência de expressão do direito das diferenças, manifesto na segregação das localidades e na discriminação negativa (CASTEL, 2008; COSTA GOMES, 2005).

Em tais territórios, se por um lado a criminalidade influencia a (re)produção dos espaços intra-urbanos e os grupos se isolam intramuros, por outro, a falta de ordenamento do espaços entre os menos favorecidos determina o aumento da criminalidade, numa relação de desproporcionalidade que se constitui no tema deste trabalho.

A questão que se desejou responder com a pesquisa foi: De que forma a criminalidade influencia na (re)produção do espaço intra-urbano, tendo por referência a etnografia da localidade do Calabar?

Percebe-se que a existência das “ilhas” de luxo e de “paz” dos condomínios fechados, rodeadas por favelas, predispõe a compreensão imediata de que a fragmentação territorial tem uma de suas raízes, na pobreza; não entendendo a pobreza na escassez de dinheiro para a subsistência dos que migraram do campo para as cidades, mas da pobreza política do Estado que, década após década, reforça a segregação social e territorial dos favelados, não apresentando um projeto político-institucional com envergadura para atender, na prática, a demanda habitacional popular.

É notório o desregramento no espaço urbano nas grandes metrópoles do Brasil, fruto de intensa desproporcionalidade, podendo ser manifesto politicamente na invisibilidade dos pauperizados e socialmente na produção do medo urbano que se evidencia a partir da construção de edificações nos espaços públicos e privados.

O isolamento cotidiano, a partir do individualismo endêmico das diferenças, constitui outro olhar sobre os centros urbanos, pois destitui a concepção inicial de formação das cidades, voltada à proteção dos indivíduos, caracterizando-se por zona antropizada de alta concentração demográfica, propícia social e economicamente as atividades de caráter mercantil, industrial, financeiro e cultural (COSTA GOMES, 2005; SILVA, 2010).

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

1.1.1 Área de estudo

Nesse contexto, Salvador (SSA), principal centro urbano da Bahia, possui espaços em escala intra-urbana¹ dinamizados por relações hierarquizadas, repartido a partir da segregação de interesses historicamente difusos, a exemplo da intensa especulação imobiliária local e do estereótipo de vulnerabilidade criminal sofridos pela Comunidade do Calabar, enseja o seu estudo de caso como amostra sócio-espacial de análise, que, como fração do centro da cidade, exprime peculiaridades de mudanças entre o comportamento do cidadão e sua comunidade na produção e reprodução do espaço como ação preventiva da criminalidade e busca incessante para uma reparação social democrática.

O Calabar (IBGE, 2012) está localizado no ponto de coordenadas $x=552393,620$, $y=8562864,768$, na Avenida Centenário, junto ao posto de combustível. O Calabar está cercado pelos bairros da Graça, Federação, Ondina e Jardim Apipema, constituindo-se um enclave urbano², com enclausuramento simbólico, devido ao medo da população de fora em acessar ao território, mesmo que não corresponda ao real, porém a construção das relações no espaço urbano destaca-se dentro da sociedade como imaginário de um território assolado pela criminalidade violenta (SILVA, 2010, p. 100-104).

A delimitação da poligonal da área de estudo referente à localidade do Calabar considerou como parâmetro os Setores Censitários propostos pelo IBGE (2010), que correspondem a unidades mínimas criadas para fins de controle cadastral e coleta, onde cada uma apresenta abrangência de características sociais e econômicas dos domicílios cadastrados. Os espaços da área de estudo do Calabar têm 6.484 habitantes (IBGE, 2011).

¹ Segundo Villaça (1998), tal escala corresponde à designação da dimensão espacial responsável pelo fenômeno social humano, que se conduz pela localização na estrutura urbana como partes e elementos que constituem as cidades, sendo correlacionado pela ação de seus atores. Pode-se chamar também de escala urbana, desde que não se refira a escala de tamanho espacial regional.

² Segundo Baumam (2006), essa categoria corresponde a um território isolado, dentro de outro território, que na interpretação dos centros urbanos, relaciona-se as nuances da segregação sócio-espacial, imposta pela globalização e a necessidade do isolamento, quer fortificado, quer simbólico.

1.1.2 Objetivos

Objetivo geral: Analisar a influência da criminalidade ou da necessidade de proteção decorrente da criminalidade na (re)produção do espaço intra-urbano do Calabar.

A pesquisa tem como o estudo de caso da localidade do Calabar. Adota-se esse método para a definição do objeto de pesquisa, por considerar a identificação das contradições entre a existência e concentração da criminalidade e a produção do espaço urbano e, ainda, a sua relação com os interesses econômicos, um processo compreensível sob a ótica específica de sua história.

Para tanto, foram delineados como objetivos específicos:

- a) Analisar a produção do espaço urbano como teoria e sua problemática responsável pelas desigualdades e desequilíbrios regionais;
- b) Analisar o Índice Desenvolvimento Humano (IDH), para entendimento das desigualdades e desequilíbrios regionais;
- c) Comparar o IDH do Brasil, das regiões Nordeste e Sudeste, da Bahia, da cidade de Salvador e na Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) do Calabar para compreensão da desigual produção do espaço intra-urbano brasileiro;
- d) Examinar de que forma a criminalidade influencia na produção do espaço urbano quantitativamente e qualitativamente, observando também a estrutura da Segurança Pública no Brasil, na Bahia e no Calabar;
- e) Comprovar a influência da criminalidade na (re)produção do espaço intra-urbano na poligonal do Calabar, observado na sua história e a presença de uma nova prática de policiamento ostensivo de Segurança Pública.

Para alcançar os objetivos colimados, realizou-se, inicialmente, uma pesquisa exploratória baseada na revisão bibliográfica, apoiada em dados estatísticos importantes para computar, tratar e construir gráficos, quadro e tabela que acompanham este trabalho, com informações obtidas nos órgãos oficiais: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os censos 1991, 2000 e 2010, onde algumas informações censitárias para o ano de 2010, até o momento da pesquisa não havia publicação, percebeu-se que por trabalhar por estimativas, o IBGE,

durante os períodos intercensitários não tivera disponibilizado para outros setores oficiais de pesquisa informações para o censo de 2010, quais permitissem a análise do IDH, recorrendo portanto as cifras relativas aos censos de 1991 e 2000; a Companhia de Desenvolvimento Metropolitano de Salvador (CONDER); do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização das Nações Unidas (ONU), com o IDH; Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS); Secretaria da Segurança do Estado da Bahia (SSP-BA). Em um segundo momento, realizou-se um estudo de caso elegendo-se para objeto a comunidade do Calabar.

O trabalho de pesquisa de campo serviu para construir um modelo de estudo etnográfico de abordagem exploratório-descritiva, sistematizado e com propostas a comunicar informações de competência específica da temática interdisciplinar. Foi realizada a construção de uma poligonal da área de estudo delimitada, servindo de análise para a escolha das variáveis balizadoras: população, renda, escolaridade, e o estudo da criminalidade. O levantamento fotográfico sobre a (re)produção do espaço intra-urbano do Calabar foi inserido para evidência material do estudo comportamental populacional.

Com isso, foram entrevistados atores sociais com os quais se obteve uma visão sobre a influência da criminalidade na produção do espaço no Calabar, entre eles, destacam-se, pessoas domiciliadas na localidade, um professor universitário e outro do ensino fundamental, um radialista, um líder comunitário e a Capitã Comandante da BCS que administram as relações de mediação entre comunidade e governo.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO-CONCEITUAL

Nesse trabalho, a consulta da literatura remete à necessidade de esclarecimentos teóricos de pontos essenciais para entendimento do objeto de pesquisa, onde assuntos como: criminalidade e o espaço intra-urbano possuem conceitos estabelecidos entre ramos de ciências afins, por exemplo da Geografia Comportamental e da Sociologia Criminal, que interdisciplinares, podem levar a uma interpretação diferente da idéia proposta pela temática desta obra, repercutindo em implicações do alicerce científico.

Desta forma, para compreender a (re)produção do espaço urbano, buscou-se apoio teórico-conceitual nas obras de Carlos (1994), (2001), (2003), (2004) e (2011); Castel (2008), (2009); Castells (1983), (1999); Gottdiener (2010); Lefebvre (1999) e (2001); Sampaio (1999); Santos (1979), (2004) e (2008); Villaça (1998).

Para o estudo da criminalidade, autores com embasamento nas teorias sobre o tema proliferaram o entendimento desse instrumento onde Costa Gomes (2005), (2008a), (2008b); Souza (2000); Bourdieu (2005), (2007); Durkheim (1996), (1999); Becker (2008); Zaluar (2001); Silva (2010); Espinheira (2008); Adorno (2002); Bastos (2006); Cruz (2010); Caldeira (2000).

Para o trabalho, a escala intra-urbana facilitou a análise do espaço e suas relações de produção, observando de que forma a influência da criminalidade organiza e modela a estrutura do espaço na localidade do Calabar. Desta sorte, alguns conceitos de esclarecimento que fundamentam a compreensão dos capítulos I, II e III, distinguem a sequência do conteúdo abordado para entendimento teórico dos assuntos descritos no estudo de caso praticado.

A partir do Capítulo I, entende-se por espaço urbano o local onde os objetos são produzidos e consumidos, e a relação destes objetos ou conjunto de objetos com outros, ocorre em específico, na localização urbana, ou seja a cidade ou fração desta, que possui uma rede de infraestrutura (viária, água, esgoto e pavimentação) e uma possibilidade de transportes para as atividades urbanas, corresponde a abordagem conceitual geral para o espaço urbano, logo a fragmentação de significado para a terminologia “espaço”, não está apenas relacionado à delimitação de área física, mas relativa também a outro referencial, o do comportamento e relacionamento humano, que neste caso denomina-se por fenômeno social (CARLOS, 2011; VILLAÇA, 1998).

A dinâmica das relações torna o espaço uma realidade não estática, passível de mudanças organizadas pela interdependência dos fenômenos sociais e suas conexões com realidade. Como a afirmação de Lefebvre (1999) reporta ao espaço como um conjunto integrado de processos, que oscilam e se contradizem.

O espaço é criação. Quem cria espaço cria o que o preenche. O lugar suscita a coisa e o lugar certo para a coisa certa. Daí uma ambigüidade, um mal-entendido, uma oscilação singular. Ou a doença do espaço desculpa as pessoas, mas acusa as competências, ou a doença das pessoas num espaço certo é indesculpável. O fetichismo do espaço implica contradições. Ele não

resolve o conflito entre o uso e a troca, mesmo quando esmaga o uso e o usuário. (LEFEBVRE, 1999).

Assim, os processos criados e preenchidos no espaço devem ser entendidos para efeito desta pesquisa como “produção”, que corresponde à relação da força de trabalho resultante do atributo material de todos os valores de uso, compreende as relações de um ponto do território urbano a outros territórios. A produção dos objetos urbanos só pode ser entendida e explicada, se forem consideradas suas localizações, que, para este trabalho, é delimitada como objeto a área físico-espacial urbana do Calabar (LEFEBVRE, 1999; VILLAÇA, 1998).

A urbanização, enquanto fenômeno social, ocorre em função da produção do espaço urbano, que, fruto do movimento do território e da sociedade, torna-se diversa e complexa, pois as cidades como estratos econômicos regulam a produção do campo, que, por sua vez, passa a ser exigido por uma multiplicidade de objetos geográficos, os espaços urbanos centrais, que com conteúdo informacional distintos, fomentam a mobilidade pendular³. Pôde-se fundamentar a problemática da produção do espaço urbano nas desigualdades e desequilíbrios, percebendo os expulsos do campo para a cidade, e a consequente favelização, segregação sócio-espacial, com divisão centro/periferia em locais seguros e inseguros respectivamente (SANTOS, 2008; SOUZA, 2000).

Consequentemente, o aumento da população urbana, decorrente da migração do campo para as cidades, ganha aceleração com as mudanças dos métodos de produção ocasionados pela urbanização industrial e modernização do campo. Essa mobilização ocorre em direção aos grandes centros e médias cidades, os quais, além da concentração econômica, onde, outro desafio emerge, o da explosão demográfica, que gera transformações quantitativas, e mudanças qualitativas. Entre estes inúmeros problemas demográficos, o Capítulo II traz uma radiografia geral da criminalidade no território e a sua influência na (re)produção do espaço urbano fruto da necessidade de proteção decorrente da crise metropolitana (SOUZA, 2000, p. 17).

³ Segundo Jardim (2011), a mobilidade pendular é uma das dimensões dos processos de deslocamento da população no território, num contexto determinado e socialmente definido. Constituem-se por fenômeno complexo e estão associados a um sistema de carências e de necessidades referidas ao cotidiano da população, relaciona-se com as condições de desenvolvimento econômico e social.

A noção de criminalidade para fundamentação dos Capítulos II e III, há de ser discutida também como fenômeno, que, sobreposto no espaço, apresentam relações de produção material, concreta e abstrata. Nessa argumentação, o alicerce do conceito de crime amplia-se, desde o descrito na legislação penal, que trata da violação culpável da lei, para o utilizado por outras bases de conhecimento, mostrando-o enquanto fato social, nas mais variadas discussões de sua existência, que, historicamente, perpassa por Sócrates, Platão, Aristóteles, Garófalo (1893), Durkheim (1999) e Weber (1994), conforme descrito no trabalho de Costa Gomes (2005) e Silva (2010) sobre Criminalidade.

O recrudescimento da criminalidade violenta na sociedade, como problema de crescimento urbano desordenado, atinge todos os segmentos sociais, dos mais ricos aos mais pobres, tornando a insegurança uma experiência amplamente compartilhada no espaço urbano, fomenta para este trabalho dissertativo o estudo de caso do bairro Calabar no Capítulo III, que permite a comprovação da influência da criminalidade na (re)produção do espaço intra-urbano.

Essa fração da estrutura urbana, o Calabar, como espaço público, é tratado por políticas públicas de segurança, que insuficientes a promoção do bem comum, desenvolvem a idéia de medo urbano na população de SSA, disseminando em contexto social à necessidade de proteção decorrente da criminalidade local, desdobramentos que se fundamentam na discriminação negativa tornam o Calabar um objeto de desigualdade histórica e de segregação no estereótipo da vulnerabilidade criminal, motivando a reinvenção de práticas de segurança pública como a primeira Base Comunitária de Segurança do Estado da Bahia (CASTEL, 2008; SALLES, 2007; SOUZA, 2000; SILVA, 2010, SSP-BA, 2011).

2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

As transformações políticas, econômicas e sociais do século XX, possibilitaram o surgimento de novos conceitos para o estudo sócio-espacial, teorias que se interpolam, fundamentando um olhar multifacetado do indivíduo em relação a sua semelhança na ordem de pertencimento aos grupos sociais (CASTEL, 2009; CASTELLS, 1983; SANTOS, 2004).

Nesse contexto, o espaço urbano, palco de envolvimento dos cidadãos com as instituições sociais, apresenta um cenário crítico dentro de uma perspectiva global, principalmente nos países de terceira mundialização, que decorre do rápido processo de urbanização, ficando fragilizada a formação do conteúdo das cidades pela temerária relação entre os laços nucleares com a família, igreja e o estado, instituições básicas dos grupos sociais (SANTOS, 2004, p. 35).

Pode-se notar esta efemeridade de relações, como observa Gottdiener (2010), praticamente em diversos setores e, com isso, também perceber que a altíssima concentração populacional, sem a respectiva identidade de laços familiares, gera uma vida urbana portátil, com representantes amorfos na forma, maciços no escopo e hierarquizados na organização social.

Assim, os tipos de injustiças urbanas passam a ser encarados como uma questão de distribuição espacial, de modo a registrar que a localização da infraestrutura do problema social, desemboca em segregação do espaço nas cidades.

Por conseguinte, com base em Abreu (2011), a descontinuidade das relações nos espaços das cidades assumem uma escondido como toda e qualquer forma de produção do espaço, baseando-se na “memória individual” o início, que, mesmo subjetivo e ainda no nível indivíduo no seu relacionamento intrapessoal, torna-se riquíssimo para o trabalho da Geografia Comportamental, trabalhando aspectos das distorções entre o “espaço real” e o “espaço da memória”; os quais refletem na “memória coletiva”, que compõem o relacionamento entre indivíduos, o interpessoal, e contribuem para a Geografia humanística na sua interpretação na “memória das cidades”, manifesta em sua evolução paisagística, que compreende de um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas de grupo para outro que transcende o indivíduo.

Nesse contexto, cabe distinguir a “memória coletiva” da “memória histórica”, pois o dinamismo exigido pela vivacidade da memória coletiva, resultante das

transformações sociais, torna-se inútil □esc-la, □esco-la estática em um momento, a menos que se reporte a um contexto historiográfico, com referencia a objetos concretos de sua existência, instrumento correlacionados a outras ciências, tais como: arqueologia, antropologia e geografia que reforçam a evidência relacionada aos fatos históricos constituindo à memória histórica. Esta condição é resultante do processo de substituição dos grupos sociais, fato que não se dá por vontade própria, mas pela sucessão de lembranças que se dissolvem com um grupo em detrimento de outro, que a decompõe nos seus interesses, havendo a necessidade de registro objetivo e consecução de uma variável histórica (ABREU, 2011, p. 21-28).

Decerto que as cidades vivenciam um coletivo de relações heterogêneas definindo-se por categorias de análise além da divisão populacional, formatando a memória do espaço urbano com a aparência das classes instaladas ao longo de sua história, sendo as mais poderosas que constroem evidências duráveis, atribuindo a importância dos seus objetos e criando as instituições de memória objetiva que são matéria prima de poder (ABREU, 2011, p. 28).

Essa proposição distingue a memória enquanto produção da História, porém apresenta a transdisciplinaridade e imbricação enquanto registro e produção do espaço, fruto das relações humanas e sua identidade com respectivo momento sócio-político, eximindo a neutralidade da presença humana em um determinado ambiente, com sua capacidade de modificação e legado documental, vestígios de sua presença temporal (LE GOFF, 1990, p. 9).

Por outro lado, a escala de atuação dos agentes sociais da rede urbana está inserida na temporalidade e espacialidade de cada formação socioespacial capitalista. De acordo com Corrêa (2011), os atores da sociedade intraurbana quase sempre são os mesmos, com representações dos grandes detentores dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, religiosos, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Outra consideração, feita pelo mesmo autor, sobre os promotores da produção do espaço urbano, recorre a sua mutação de segmentos, ora uma empresa de manufactureiros pode montar empresas subsidiárias para matérias-primas, as quais demonstram estratégias e práticas espaciais distintas realizadas por um mesmo agente, que sustenta o ciclo de produção capitalista como a especulação imobiliária dentro do solo urbano com uma verdadeira luta de classes, fazendo do detentor do espaço urbano o de capital (CORREIA, 2011, p. 41).

Do contrário, quando diversos agentes sociais são responsáveis por um determinado segmento mercadológico, a livre concorrência estabelece o grau de exigência do consumidor que, no espaço urbano, transcreve a literal segregação e diferenciação de valor especulativo do espaço público e privado; suas repercussões interagem nas mais diversas manifestações de acumulação de capital.

Entretanto, por força da função do Estado como mediador dos papéis em relação à produção do espaço, constitui-se por arena total na qual interesses e conflitos enfrentam-se numa relação econômica, política e social em cada momento da dinâmica socioespacial da região em que o situa (CORRÊA, 2011, p. 43).

Ainda com base nesse mesmo autor, algumas considerações da função entre o ente público e a sociedade na produção do espaço urbano são ideocráticas, servem para estabelecer o marco jurídico através de leis, normas, regras e posturas no uso do solo no espaço urbano. As tributações e as atividades produtivas fixam a propriedade fundiária, edificações e uso da terra no perímetro urbano de acordo com a taxação da distribuição espacial, que condicionam a diferença socioespacial no espaço urbano.

O controle do Estado na supremacia do interesse público no espaço urbano, de acordo com Corrêa (2011), verifica-se de forma complexa dada a ação do próprio Estado como promotor do bem comum e sua multiplicidade de papéis com os agentes intraurbanos e seus operadores nas negociações, cooptações e clientelismo, podendo agir como promotor de desenvolvimento, como o industrial e, conseqüentemente, interferir na produção do espaço urbano nas mais diversas lacunas da sociedade, inclusive no chamado espaço vernacular⁴, recorrente de uma invasão de terras públicas ou privadas, fazendo desses espaços alvo de interesses generalizados, onde entram em seu processo de produção espacial, outros novos agentes sociais, inclusive os da criminalidade, sobrepondo a função estatal decorrente do afastamento entre o estado e a sociedade.

Assim, a imanente existência do espaço como constituição da sociedade, nasce da relação de localização das atividades antrópicas no espaço urbano e para análise deste conteúdo como movimento do processo de apropriação/ produção/ reprodução do espaço em seus fenômenos sociais (CARLOS, 2011, p. 53). A

⁴ Segundo Castelnuovo (2003), são os espaços vernaculares os de aparência mais tradicional ou "primitivos" - no sentido de rudimentares - foram ao longo do tempo, criados e edificados por indivíduos sem uma formação formal, por meio de um processo de experiência e erro.

produção da matéria/espço (real e concreto), como afirma esta autora, objetiva e transcreve uma linguagem e representação da sociedade; porém, do mesmo modo determina um senso de autocrítica capaz de metamorfosear com possibilidade de realizações também negativas.

Ademais, as considerações da □esco da produção seguem vertentes *lato sensu* que dizem respeito ao processo de produção humana, apontando-se como ser genérico, conquanto a *stricto sensu* refere-se, exclusivamente, ao processo de produção de objetos.

Desse modo, o espço urbano comporta uma divisão técnica para produção e circulação de bens, que extrapolam as esferas dos agentes (empresas), tornando as relações sociais mais amplas e complexas, tendo um espectro de produção no campo social, cultural, ideológico e demais áreas do conhecimento (CARLOS, 2011, p. 58-63).

Nessa perspectiva, a orientação da produção do espço pelas necessidades econômicas e políticas assinala a compreensão do espço a partir da racionalidade técnica assentada nas contradições que o capitalismo suscita em seu desenvolvimento, transformando toda produção em mercadoria. Desse modo, a manutenção da desigualdade reproduz a dominação mantida pelo Estado e garantida pela exploração multiforme, embora tenha no suporte legal a igualdade como alicerce das relações sociais.

A reprodução do espço como condição do meio e, conseqüentemente produto da vida social, se realiza no contraditório dos lugares produzidos como valor de troca e dos lugares de realização da vida (CARLOS, 2011, p. 58-63). O conflito resultante dessa relação de reproduzir comportamentos e valores, construídos por representações que induzem ao consumo, revela-se como norteador da vida cotidiana, como mostra Lefebvre (1981, p. 8) ao dizer que:

[...] o modo de produção organiza, produz, ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espço (e seu tempo). É assim que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem, todavia deixar de considerar o que reage sobre ele. Certamente, não existiria uma correspondência exata, assinalada antes das relações sociais e as relações espaciais (ou espço-temporais). A sociedade nova se apropria do espço preexistente, modelado anteriormente; organização anterior se desintegra e o modo de produção integra os resultados.

A discussão deste autor permite visualizar a temporalidade requerida na produção/reprodução do espaço, interpolando o surgimento de novas sociedades, como a mais atual na forma resultante de apropriação do espaço urbano preexistente, outrora construído por outros grupos sociais conforme disposição geográfica ou migratória.

Essa formação da sociedade, bem dinâmica, dissolve o modelo anterior, podendo ou não desconstruir a memória histórica, à medida em que integra novos resultados promovidos pelo modo de produção capitalista por meio da acumulação primitiva de capital.

Outro recorte reporta-se à condição do método progressivo-regressivo que dá amplitude além da Ciência Parcelar⁵, com análise em totalidade das relações produzidas nos espaços urbanos e dimensão amplificada, mostrando o espaço como conteúdo e organismo, em detrimento da visão delimitadora físico-espacial, estrutura do fato social.

Essa condição descobre o espaço em sua gênese e fundamento, orientando a atitude crítica em sua análise, bem como o comportamento radical, como significado de raiz, fundamentação da importância das idéias como base de conjuntura, extrapolando a superficialidade e singularidade exposta por argumentações não científicas.

A noção de espaço, segundo Perroux (1961, p. 147), considera o espaço econômico abstrato que é concebido como um campo de forças representadas por centros de inovação, ainda de cada ponto localizável no qual inscreve as relações por ele mantidas e com os diversos meios dos quais faz parte. Como ensina este autor, tal evolução proveniente da matemática ou economia torna o espaço geográfico como um conjunto de relações que se estabelecem no interior de um quadro concreto, dentro da superfície da terra, mutável e diferenciado cuja aparência visível é a paisagem.

Carlos (2011), por seu turno, reforça a noção de espaço como localização dos fenômenos, da preocupação das atividades humanas, obtendo evolução para produção social, perpassando por outra concepção de registrar momentos de transformação da realidade. Desta maneira, a própria constatação da matéria/coisa

⁵ Segundo Carlos (2011), diz respeito de algumas áreas do conhecimento e suas limitações no correspondente as subdivisões das ciências sociais, que no caso específico do texto trata-se da Geografia.

no espaço passa a espaço de organização do espaço por grupos humanos e, desta elaboração, a espaço da construção e reconstrução do espaço que a sociedade produz. Logo a noção espaço-mercadoria generaliza-se, segrega e orienta estratégias direcionadas à propriedade privada, propondo o espaço como valor de troca, destituindo o valor de uso, subjugando-o, que é a condição e meio de realização da vida social, às necessidades da reprodução da acumulação como da imposição da reprodução social.

Partindo da noção de que a tríade que define o processo geográfico do espaço fundamenta-se em produto, condição e meio todos voltados à reprodução da sociedade, o entendimento de noção sujeito/objeto possibilita o pensar nas tendências mundiais da sociedade, uma mundialidade urbana.

De acordo com Carlos (2011, p. 54-57) as dimensões do espaço classificam-se em: material, que é a dimensão física espaço-tempo onde está inserida a morfologia sob a forma/estrutura/função; concreta, objetividade não absoluta revela-se na dialética com a subjetividade o produto das relações sociais em suas contradições que incorpora valores à sociedade; e abstrata, que se encontra no plano conceitual onde o conhecimento e análise descobrem categorias novas. Revelam-se, também, no momento/movimento de passagem as relações que são do espaço e as que estão no espaço.

Deve-se salientar, conforme lembra Lefebvre (1981), que o espaço produzido pela sociedade implica em desconsidera-lo independente desta. Percebe-se que com a orientação da produção do espaço para o capital, a constante necessidade da reprodução recria o espaço enquanto produto social e, conseqüentemente, produto histórico, que realiza no cotidiano social, na forma de ocupação e/ou utilização de determinado lugar, ora alterado e modificado para atender interesses diversos, às vezes apenas abandonado por não atender mais uma forma de exploração financeira fruto da mudança conceitual do capital fundiário, financeiro e comercial.

2.1 A PROBLEMÁTICA SOBRE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Segundo Castells (1983, p. 146-147),

“o espaço urbano é estruturado; não organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social”.

A afirmação do supracitado autor traduz a contemporaneidade da relação sociedade espaço, deixando de lado a ingenuidade da relação econômico-ecológica e aprofundando-se por uma análise historiográfica das relações dentro do espaço urbano e a amplitude da organização deste espaço urbano por um grau de heterogeneidade étnica e social, e a base de outros componentes como: a base econômica industrial-comercial; propriedade privada; comércio; organizações econômicas especializadas funcionalmente diferenciadas; malha viária; e núcleo urbano central com valor imobiliário (CASTELLS, 1983, p.181-183).

Logo, percebe-se a evolução do aglomerado espacial (densidade social) em alto crescimento que ensejou na prática a observação de dois princípios gerais: o primeiro, relativo à interdependência dos indivíduos, fundamentado nas relações complementares e suas semelhanças suplementares; o segundo, da função central, todo sistema possui um conjunto de funções chamadas de centrais, a posição de cada indivíduo nesta escala determina suas relações de domínio (CASTELLS, 1983, p.181-183).

Nesse aspecto, as articulações na produção do espaço decorrem de um dinamismo evolutivo, buscando em seus atores a diferenciação nas relações produtivas dentro da estrutura urbana, resultante da interação de quatro elementos fundamentais: população (P); ambiente ou meio físico (A); tecnologia (T) e a organização social (O). Nessa ótica, torna-se visível que não ocorre teoria específica para o estudo de produção no espaço, mas o desdobramento da estrutura social que apresenta a forma da sociedade, o espaço e suas articulações a outras formas e processos de construção histórico-social (CASTELLS, 1983 p. 194).

As discussões da atualidade sobre a produção do espaço recaem num conjunto de teóricos da objetivação concreta à problemática da expressão espacial e suas interfaces com estrutura do espaço na sociedade. Os informes, pesquisas e ensaios tendenciam a uma análise teórica sobre a organização do espaço, sem acesso aos elementos conceituais necessários a sua elaboração, por outro lado

fornece descobertas parciais, que podem servir de pontos de referência para interpretação de certas leis sociais e seus efeitos na estrutura espacial, como processo de conhecimento da realidade exposta para a sociedade do conhecimento (CASTELLS, 1983, p. 195-196).

Essas interações freqüentes e genéricas dão conteúdo ao espaço urbano, que deixa de ser uma delimitação física e arquitetônica, passando a um produto material em relação com outros elementos materiais, a interação sociobiogênica, fruto do determinismo de cada período da organização social. A aglomeração urbana possui um dinamismo complexo na produção do espaço, recorre das adaptações significativas da organização social, que acarretam nas funcionalidades de sua composição (materiais), segundo as afinidades simbólicas dos diferentes grupos sociais e o papel que desempenham na sociedade (CASTELLS, 1983, p. 196-197).

Segundo Marcuse (1979), a obsolescência característica do consumo na sociedade pós-moderna e pós-industrial remete a uma transformação contínua do espaço urbano, que fragilizado de seu conteúdo, incentiva novos investimentos na produção dos seus componentes materiais, bem como a criação de outros espaços urbanos. Este curso de apropriação e desapropriação polariza o extremo desgaste, que se nota na visibilidade de diversos componentes, inclusive na insegurança pública. A redistribuição dos sujeitos nos espaços urbanos conforme suas possibilidades econômicas transformam de modo especulativo o espaço em mercadorias, atribuindo-lhe valor de capital, reorientando-o para a troca financeira, com produção e reprodução independente da terra urbana voltada para a capacidade de compra do espaço pelo indivíduo.

A lógica mercadológica cria um acúmulo de capital especulativo para os feudoburgueses deixa aparente a configuração dos espaços urbanos fragmentados, com altíssima complexização e adequados ao status dos seus adquirentes (ROMERO, 2005, p. 15). Nessa proporção cresce a indigência estrutural, massa de pessoas empobrecidas, onde uma crise de subsistência entra em dependência do poder público como regulador social, deixando-o insuficiente para demandar suas funções, entre elas a da Segurança Pública (WEBER, 2006, p. 17-32).

Para Castel (2009), a tomada de consciência sobre as vulnerabilidades torna-se fictícia (simbólica) para as questões sociais em dois grupos: os indigentes, capazes de serem assistidos e os vagabundos que são reprimidos pelo aparelho do

estado. Nos espaços urbanos essa condição reflete a inexistência de atenção para com os indivíduos vitimados pela violência simbólica⁶ resultado da própria relação de dominação com os desafiados dessa ruptura de pertencimento aos vínculos sociais, que provenientes de uma trajetória de relações sociais instáveis ou estáveis em determinado momento, avolumam-se no espaço urbano pela negação dos direitos sociais estabelecidos e negligência de solidariedade ou por ausência de vínculo social.

A formação antagônica centro/periferia caracteriza as metrópoles mundiais pela existência de espaços duais, um marcado pela produção e concentração de riquezas e outro cuja característica mais difundida é a escassez de serviços, produtos, lazer cultura e acessibilidade. Esse pensamento orientou o século XX no tocante à diferenciação das cidades (espaços urbanos) com presença da imobilidade física diretamente atrelada à imobilidade social, onde os situados em áreas periféricas tornaram-se desprovidos de benfeitorias sociais, desde infraestrutura básica, saúde, equipamentos culturais a ensino (SANTOS, 2004; ALVES, 2011).

Em escala maior, as desigualdades regionais (centro/periferia) apontam as questões relacionadas com as diferenciações e os desequilíbrios regionais na direção do social. A condição é refletida por indicadores sócio-econômicos relacionados a emprego, renda, saúde, habitação, mortalidade infantil, saneamento básico, moradia e segurança; que reforçam o grau de desenvolvimento humano nestas localidades e o parâmetro de desenvolvimento urbano e regional/local (SILVA; SILVA; COELHO, 2008).

Os desequilíbrios regionais decorrem de vantagens econômicas de uma região em detrimento de outra em razão de fatores locais e de interação associados a questões políticas, sociais e culturais. A ampliação dimensional do espaço (local/regional/nacional/internacional) permite o comparativo transversal das noções de diferenças entre os espaços urbanos, englobando a vulnerabilidade socioeconômica como um fenômeno global, resultante da expansão do valor produtivo de capital e seus desdobramentos com a classe dominante, desde a

⁶ Segundo Bourdieu (2005), compreende todo e qualquer instrumento – estruturado e estruturante – de comunicação e de conhecimento que sirva para operacionalizar ou legitimar a dominação de uma classe sobre outra, o que, por extensão, de grupos ou indivíduos sobre outros.

limitação do Estado até a ausência total/parcial de solidariedade do indivíduo (SILVA; SILVA; COELHO, 2008).

A América Latina, com relação à divisão internacional do trabalho, corresponde à periferia do sistema econômico mundial. O fornecimento de alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais, numa relação que impossibilitou o espaço para o crescimento industrial. Neste sistema, produtos primários e produtos manufaturados prevaleciam para os países centrais sem permitir o surgimento e independência de outros de terceiro mundo (PREBISH, 2000, p.1-15).

O progresso técnico com toda sua rede de benefícios tornou-se exclusivo dos países industrializados (centrais), que preservam integralmente o progresso técnico da indústria (produção) que os países periféricos transferiram para eles em detrimento de sua própria evolução técnica. O nível de renda dos países periféricos é inferior aos dos países centrais, decorre do movimento cíclico da economia e da forma como se manifesta nos centros e nas periferias, pois a característica de crescimento da economia capitalista, o ciclo, tem no aumento da produtividade o fator primordial do crescimento e desenvolvimento urbano desigual (PREBISH, 2000, p.1-15).

Observa-se que as políticas adotadas para a América Latina recorrem a processos multifatoriais e complexos que remontam desde sua estrutura histórica de formação colonialista à dominação hegemônica capitalista adotada pelos Estados Unidos, este centralizador do processo de determinação da política cambial do dólar regulando a distribuição de renda das massas (vulnerabilidade socioeconômica). Os fatores de formação das sociedades (espaços urbanos) latino-americanas são expressivos nos resultados de suas políticas econômicas, carecendo como estratégia de mudança do incentivo tecnológico e informacional para as bases de formação educacional e incentivo social (PREBISH, 2000, p.1-15).

2.2 TEORIAS SOBRE PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Na concepção da teoria, o estudo do espaço emergiu a partir de escolas precursoras do pensamento sócio-espacial dentro da sociedade, como manifestação inicial da Ecologia Urbana, para pensadores como, por exemplo, Comte (1977), o qual tratava as cidades como órgãos reais de um organismo social.

Numa analogia biológica complexa, outros aspectos da vida social eram comparados aos níveis de organização dos seres vivos, enfatizando a dimensão como aspecto determinante da diferenciação funcional, mais adiante seguido como divisão funcional de trabalho, que deu conformação ao pensamento dominante do estudo urbano durante todo o século XX, estruturando as bases da Sociologia, da Economia e da Geografia Urbana (GOTTDIENER, 2010, p. 35).

Segundo este autor, a Escola de Chicago foi a principal responsável pela abordagem ecológica da sociedade, a qual se concentrou em fatores behavioristas e sociobiogênicos para explicar os padrões espaciais, mesmo antes da Segunda Guerra Mundial e acentuando-se no pós-guerra, dispersão teórica localizada em vários lugares e enfatizava a visão sistêmica dos ajustamentos da sociedade ao meio ambiente, tendo nas forças sociais básicas por consequência a competição econômica.

A natureza humana tornou-se um desafio para o estudo do comportamento humano, buscando-se correspondência de significado dos padrões urbanos e sua respectiva explicação, ocorrendo no entrelaçamento de dois anseios específicos da espécie (biótico⁷ e o cultural) as ideias de organização espacial produzidas pela força darwinista social de competição, tendo no espaço urbano o mercado para indivíduos com talentos funcionais diferenciados (GOTTDIENER, 2010, p.36-38).

Segundo a mesma fonte, enquanto a localização geográfica constrói uma ordem no espaço urbano, tornando-se o diferenciador visibilizado pela comunicação entre os seres humanos, essa interação social leva a trocas simbólicas de mútuo entendimento e liberdade de escolhas, relativizando a forma da competição econômica (biótico) assegurada pela ordem moral (cultura), desembocando no resultado da variação dos setores das cidades onde interesses públicos e privados encontram-se numa associação coletiva.

A multiplicação de ocupações e profissões dentro do espaço urbano reserva uma arena ecológica para a competitividade e a seletividade econômica. Pode-se, então, compreender a Escola de Chicago como uma versão dessa política econômica, não marxista, que, por sua ênfase na organização econômica e dos processos competitivos dos padrões agregados de comportamento social, convergiu

⁷ Segundo Odum (1988), corresponde aos fatores relativos à vida, pois Bio= vida, portanto todos os elementos causados pelos organismos em um ecossistema que condicionam as populações que o formam.

às teorias sociais sobre a natureza do espaço com as neoclássicas econômicas locacionais, ampliando para a importância dos valores culturais na interação social. Na primeira fase comparou a Sociologia Urbana à Ecologia, colocando à disposição três asserções teóricas: a eficácia na analogia biológica; o emprego dos princípios do Darwinismo Social⁸ no comportamento humano; e a renegação dos valores simbólicos à psicologia social (GOTTDIENER, 2010, p. 45-50).

Os conceitos de zonas de distrito central, industrial leve, de transição, residencial dos trabalhadores e dos *commuters* fizeram parte da abordagem ecológica da Escola de Chicago a partir do modelo Burgess (1925, apud CASTELLS, 1983) dos “Círculos Concêntricos”.

Essa aliança assegurou a chamada transição da região adjacente às cidades centrais – esta com predominância dos indivíduos mais surrados (pobres urbanos, vagabundos, pessoas de passagem, imigrantes recém-chegados e radicais), obedecendo à discussão teórica dos processos regionais de centralização, descentralização, circulação, segregação, invasão-sucessão e concentração reportando-se pelo crescimento urbano para a zona concêntrica e deixando negligenciada a zona de transição (CASTELLS, 1983, p. 201).

A segunda fase da Escola de Chicago, chamada de Ecologia Urbana Contemporânea, representada por Harwley (1950 apud GOTTDIENER, 2010), possuía uma dimensão sobre o espaço urbano, fruto dos resultados econômicos oriundos da Segunda Guerra Mundial.

Apoiava-se nos conceitos de “densidade física” e “densidade moral” (DURKHEIM, 1983, p.156-201), onde distribuía a divisão funcional da sociedade por estes parâmetros, ora incentivados pela competição necessária à maior especialização das tarefas e, conseqüentemente, divisão orgânica do trabalho, tendo, na adaptação da sociedade a um determinado ambiente seu mecanismo de expansão.

A complexidade funcional incluía, também, essa fase, que se baseava na tecnologia aplicada à comunicação e transporte, meios necessários para facilitar a densidade moral em níveis progressivos de complexidade; porém suas limitações, enquanto teoria do espaço, residiam na visão biologicamente reducionista das

⁸ Segundo Pierson (1948), corresponde à aplicação dos conceitos de Charles Dawin na análise e funcionamento da sociedade, transplanta para a vida econômico-social a teoria da seleção natural.

relações humanas, ignorando o papel social e o poder político (GOTTDIENER, 2010, p. 45-50).

Outra Escola correspondente à evolução da Geografia e à Economia Urbana emergiu dos conceitos pós-guerra no tocante ao tamanho das cidades, função e organização social. Inclui neste aspecto a Teoria de Walter Christaller (1966 apud FERREIRA, 1989) sobre os espaços centrais como força motriz, que se tornam a base econômica em torno da qual se aglomeram outras atividades urbanas.

Há diversas lógicas para interpretação dessa teoria as quais dependem das necessidades, sobretudo industriais das ofertas, fatores de produção, exigências de mercado e considerações administrativas ou organizacionais (FERREIRA, 1989).

Os trabalhos centrais sobre localização das atividades urbanas e econômicas persistiram, modificando sua conformação para os modelos policêntricos, os quais, sem muita credibilidade como o inusitado à época chamado de monocêntrico, ficaram com baixa representação teórica (GOTTDIENER, 2010, p. 35-50).

De acordo com este autor, a preocupação com a noção de espaço segue teoricamente e assume o chamado de modelo espacial pelo determinismo tecnológico. Como as demais teorias, os seus analistas colocam a malha viária como determinante dos padrões espaciais, sendo que a inovação tecnológica desempenhava um papel de força de produção no sentido marxista; contudo, essas análises não mostram a mudança de outros fatores espaciais explicativos para as mudanças morfológicas urbanas

A importante teoria espacial, a do equilíbrio, teve sua contribuição à medida que as atividades urbanas tendem a se acomodarem devido à adaptação ao todo social ajustando-se bem, e contrapondo a determinista marxista, nessa concepção inexistente o conflito como norteador de mudanças, torna-se uma abordagem convencional social. Também a perspectiva das cidades como sistema, isto oriundo da teoria ecológica, fascina geógrafos e economistas na produção do espaço urbano com efeito no campo teórico como visão da interdependência das atividades (GOTTDIENER, 2010, p. 35-50).

2.3 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO BRASIL

O processo de urbanização do Brasil se iniciou com o surgimento dos primeiros centros urbanos, ao longo do litoral, por conta da produção do açúcar no século XVI (FREITAS, 2012, p 1). De acordo com este autor, outros núcleos urbanos foram surgindo: nos séculos XVII e XVIII, em virtude da descoberta de ouro; e, no século XIX, por causa da produção de café. Ele ainda salienta que, em 1872, a população urbana era restrita a 6% do total de habitantes. Também Santos (2008, p. 22) assinala que:

No fim do período colonial, as cidades, entre as quais avultaram São Luis do Maranhão, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, somavam perto de 5,7% da população total do País, onde viviam, então, 2,85 milhões de habitantes (PRADO JR., 1953, p. 21). Basta lembrar que, na passagem do século XVII para o século XVIII, Salvador já reunia 100 mil moradores, enquanto nos Estados Unidos nenhuma aglomeração tinha mais de 30 mil [...].

Pode-se notar pelos números apresentados, que a cidade do Salvador teve seu processo de crescimento acelerado, em detrimento de outros núcleos urbanos das Américas. No que se refere ao Estado da Bahia, vale novamente citar Santos (2008, p. 19) quando ele afirma que:

O recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste ensaiaram, antes do restante do território, um processo então notável de urbanização e, de Salvador, pode-se mesmo dizer que comandou a primeira rede urbana das Américas, formada, junto com a capital baiana, por Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré, centros de culturas e comerciais promissoras no estuário dos rios do Recôncavo.

No caso supracitado, o referido autor justifica a organização da cidade como uma forma de emanção de poder, como a tradução da vontade de marcar presença num país distante, já que inicialmente o desenho urbano foi importado da Europa, tendo se modificado com o decorrer do tempo.

Com base em Freitas (2012, p. 1), o início do século XX teve na indústria um instrumento de povoamento, ao atrair para as cidades grande parte dos trabalhadores rurais que perderam seus postos de trabalho no campo por causa da mecanização, com intuito de trabalhar no mercado industrial em crescimento. “Esse êxodo rural elevou de forma significativa o número de pessoas nos centros urbanos”, de modo que, “atualmente 80% da população brasileira vive nas cidades.” (FREITAS, 2012, p. 1).

Como se vê, são características do processo de urbanização do século passado a rapidez e a intensidade. Mas, “foi a partir do seu segundo quartel que a escala alcançada pela urbanização começou a provocar iniciativas por parte do Estado e modificações na administração pública.” (DEÁK; SCHIFFER, 2004, p. 12), tornando-se necessário criar atividades governamentais no sentido de tratar das aglomerações, ou seja, o planejamento urbano.

Tal planejamento tornou-se essencial ante o fato de que o processo de industrialização e urbanização trouxe de imediato a problemática da moradia no Brasil. Para Silva (1998, p. 21), a urbanização, sendo um fenômeno de concentração urbana no qual o fluxo de crescimento da população urbana é maior que o da rural, vem promovendo a deteriorização do espaço urbano, provocando problemas como: "a desorganização social, com carência de habitação, desemprego, problemas de higiene e de saneamento básico. Modifica a utilização do solo e transforma a paisagem urbana".

Não obstante a necessidade de planejamento, Fernandes (1998) comenta que diante do crescente processo de urbanização e industrialização, o Poder Público se preocupou somente em subsidiar o avanço industrial tecnológico sem implementar uma política de planejamento de uso e ocupação do solo urbano. As cidades sem políticas públicas e despreparadas para o acolhimento dos migrantes do campo assistiram a um aumento significativo do crescimento desordenado nas áreas urbanas.

Em seus comentários, Fernandes (1998) assinala que a industrialização trouxe uma enorme concentração econômica para as mãos daqueles que detinham o controle dos meios de produção incorrendo em desigualdades sociais e segregação sócio-espacial, já que estes tinham condições de viver em lugares adequados nas cidades, mas a maior parte da população, advinda do campo, não possuía essa mesma condição tendo somente como alternativa a ocupação de espaços denominados "ilegais".

Com o Poder Público ignorando o problema e não agindo na adequação desses espaços para a moradia dessa população, as pessoas foram obrigadas a se instalarem em áreas periféricas, impróprias para habitação, ou em loteamentos clandestinos construindo suas próprias casas precariamente.

No processo de urbanização, o crescimento das cidades em países em desenvolvimento está correlacionado à ilegalidade urbana, ou seja, segundo

Fernandes (1998, p. 26), cerca de "40% e 70% vive ilegalmente nas grandes cidades brasileiras, em favelas, loteamentos irregulares e clandestinos, cortiços etc., sendo que em média 20% da população vive em favelas". Com a tendência apontando para o crescimento da pobreza urbana, fato reforçado por Castel (2009, p. 201) tais índices podem aumentar ainda mais, em função da vulnerabilidade de massa com o advento dos "inempregáveis", o que torna gritante o fato da maioria dos indivíduos não serem legalmente reconhecidos nos lugares onde vivem.

Por consequência, no decorrer do século XX, a população brasileira cresceu de forma significativa, ao mesmo passo em que as cidades tiveram sua aceleração em relação ao tamanho, formando imensas malhas urbanas, ligando uma cidade a outra e criando as regiões metropolitanas (agrupamento de duas ou mais cidades) (FREITAS, 2012), como a Região Metropolitana de Salvador (RMS), por exemplo.

Segundo Freitas, crescimento desenfreado dos centros urbanos vem provocando conseqüências diversas tais como: o trabalho informal e o desemprego, decorrente de sucessivas crises econômicas; a marginalização dos excluídos que habitam áreas sem infra-estrutura (saneamento, água tratada, pavimentação, iluminação, policiamento, escolas e outros); e, a criminalidade (tráfico de drogas, prostituição, seqüestros entre outros).

Desse modo, como observa Santos (2008, p. 19), a grande cidade se torna

"o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades 'marginais' do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal". Completa este autor, salientando que, "algumas atividades continuam a crescer, ao passo que a população se empobrece e observa a degradação de suas condições de existência".

A partir daí, observa-se o que Gomes (2002, p. 34) denomina uma disputa territorial, pois como diz este mesmo autor, "onde há vida pública há conflitos". Analisando o espaço público, ele chama a atenção para a fragmentação da cidade, constatando a multiplicação de espaços comuns, coletivos, mas não públicos. Ocorre um confinamento dos terrenos de sociabilidade.

Tudo isso, somado à falta de um plano diretor, de acordo com Freitas (2012), não só traz problemas sociais como também provoca alterações ambientais, traduzidas, por exemplo, pelo lixo que aumenta a poluição. Ademais, as cidades acabam por apresentar paisagens diametralmente opostas, como as que se vê na Figura 1.

Figura 1 – Bairro de Pernambués visto da Av. Luis Eduardo Magalhães e Av. Manuel Dias da Silva, Salvador-BA



Fonte: Imageskack (2012).

Pode-se notar, na Figura 1, que o crescimento desordenado das cidades, ao mesmo tempo em que dá lugar a largas avenidas com prédios de luxo e excelente infra-estrutura, também gera a ocupação de locais inadequados para moradia, como áreas de elevada declividade e, do mesmo modo, de fundos de vale, praças, viadutos, entre outras.

Nesse contexto, a falta de segurança se torna um dos principais motivos que preocupam a população urbana. Diariamente, são divulgadas notícias de violência nas cidades e esse processo está diretamente associado a outros problemas como o desemprego, a educação de baixa qualidade e a desigualdade social.

Gomes (2002, p. 174) observa um recuo da ideia fundadora de cidadania, a qual organizou a cidade e a convivência social nos primeiros anos da Modernidade. Na visão deste autor, tal atitude compreende um retrocesso do projeto social e espacial, limitando a cidadania e a ocupação do espaço público.

Fica, assim, evidente que os distintos problemas urbanos formam uma teia, onde um está diretamente ligado ao outro, havendo a necessidade da realização de políticas para solucionar todos esses problemas, proporcionando uma melhor qualidade de vida para a população urbana.

O art. 21 inciso XX da Constituição Federal (BRASIL, 1988) declara competir à União “instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos”, enquanto o seu art. 182 estabelece que “a política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988).

Nesses dois textos da Carta Magna, encontram-se os fundamentos de duas perspectivas da política urbana: uma cujo objeto é o desenvolvimento adequado do sistema de cidades em nível nacional de competência federal; e outra que considera o desenvolvimento urbano no quadro do território municipal de competência local.

Neste caminho, se insere a competência estadual para legislar concorrentemente com a União sobre Direito Urbanístico (art. 24, I), o que abre aos Estados a possibilidade de estabelecer normas de coordenação dos planos urbanísticos no nível de suas regiões administrativas (BRASIL, 1988).

No que diz respeito ao planejamento urbanístico local, este encontra seu fundamento no art. 30, VIII, da CF. Ali se reconhece a competência do Município para “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”. Logo, o objetivo de todo planejamento local é disciplinar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo urbano (BRASIL, 1988).

Em geral, “o planejamento é um processo técnico instrumentado para transformar a realidade existente no sentido de objetivos previamente estabelecidos” (DA SILVA, 1998, p. 85). Inicialmente tal processo não era juridicamente imposto. Atualmente, conforme o referido autor, a questão sofreu radical transformação, porque o processo de planejamento passou a ser um mecanismo jurídico por meio do qual o administrador deverá executar sua atividade governamental na busca da realização das mudanças necessárias à consecução do desenvolvimento econômico-social.

Como se vê, o planejamento passou a ser, além de uma previsão constitucional, uma previsão legal. Portanto, os Estados estão diante de uma imposição jurídica, segundo a qual têm a obrigação de elaborar planos, que são os instrumentos consubstanciadores do processo de urbanização. Contudo a função urbanística, em sua atuação mais concreta, é exercida no nível municipal.

Como resultado do exposto, na cidade do Salvador, por exemplo, se veem locais que se apresentam diametralmente opostos em termos de planejamento urbano, tais como o Centro Histórico da cidade e o Centro Administrativo. No primeiro, vê-se uma região em notável estado de degradação, onde em plena luz do dia pessoas consomem e traficam drogas livremente, além de praticarem a prostituição. No segundo, percebem-se o planejamento e a modernidade em todas as construções e vias públicas, portanto uma cidade onde são gritantes as desigualdades.

Segundo Souza (2004, p. 62), os indivíduos devem ter acesso garantido a equipamentos culturais urbanos, legal e materialmente, pois enquanto seres humanos, todos são merecedores de tratamento igualmente digno e respeitoso.

Assim, onde não há igualdade não há justiça, onde não há justiça, há, certamente, violência, criminalidade e insegurança. Daí inferir-se que o aumento da justiça social aumenta a qualidade de vida e, conseqüentemente, o desenvolvimento urbano, objetivo fundamental do planejamento e da gestão urbanos.

Isso nos leva a concordar com Souza (2000) em que a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial é um colossal desafio para a gestão e o planejamento urbanos. Este autor explica que, dentro deste desafio, a violência e a criminalidade são, cada vez mais, fatores de primeira ordem na determinação de uma qualidade de vida insatisfatória nas grandes cidades brasileiras.

Nesse contexto, os empreendimentos fortificados, os quais Alphaville (SP, RS, BA entre outros) e similares bem representam, constituem um verdadeiro universo paralelo elitizado, que por meio de muros crê que sua vida privada está protegida das misérias que atingem aos outros nos espaços públicos, dentre estas, a questão da criminalidade.

Esses condomínios, bem como alguns *shoppings centers* exclusivos, indicam uma auto-segregação muito grande nas cidades. Desde a década de 1970, o poder público passou a facilitar a parceria com a iniciativa privada, para atender a demanda de moradia das classes altas e médias, fornecendo o mínimo possível de subsídios. Desse modo, responsabilizando-se cada vez menos pela questão, o Estado vem patrocinando os condomínios fechados em todo o país (CALDEIRA, 2000).

Essa problemática geral pode ser chamada de crise metropolitana, ou “crise urbana” como preferem chamar Souza (2000, p. 20-35) e Santos (2008), que é a mais visível manifestação do agravamento da questão urbana no país, atualmente. Essa crise se apresenta em vários lugares e sob vários aspectos, sendo alguns deles: a fragmentação do tecido sociopolítico-espacial, da qual a territorialização de favelas pelo crime organizado é um dos fatores; a violência; o tráfico de drogas e a crise dos movimentos sociais urbanos. Enfim, se traduz no aumento da criminalidade sob diversos aspectos, pois a urbanização brasileira tem em suas metrópoles os principais focos de concretização, o tamanho desses centros revelam a dinâmica do espaço urbano, que vem a ser a concentração demográfica e

econômica em pouco mais de uma dezena de epicentros nacionais e regionais, pulverizando a desigualdade material e os problemas da relação centro/periferia (SANTOS, 2008; SOUZA, 2000).

2.4 O ESPAÇO URBANO BRASILEIRO E AS DESIGUALDADES E DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS

O Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD em 1990 proporcionou à comunidade internacional de forma precursora a grande relevância do mundo enquanto aldeia global. Enfatizou as questões sociais e urbanas com construção de indicadores das desigualdades e desequilíbrios regionais e urbanos, que expostos em metodologia censitária facilitam a identificação de espaços centrais e periféricos, essenciais ao planejamento urbano e a construção da pesquisa científica com relação ao conhecimento da realidade do espaço intra-urbano (MARSHALL; FIORI, 1971; PNUD/ONU, 2006; SANTOS, 2008).

Estes índices vieram aprofundar o estudo da demografia, educação, renda, vulnerabilidades, população e IDH, ampliando a análise da extensão físico-espacial para as dimensões inframunicipais, onde se utilizam variáveis espaciais para estudo nos limites dos bairros, as chamadas “Unidades de Desenvolvimento Humano” (UDH), que permitem comparações entre áreas com perfis sociais diferenciados e compreendem de uma amostra sob o critério de 400 domicílios situados em área uma contígua, exigência que visam garantir a confiabilidade estatística da amostra. Tais UDHs possuem cifras com dados do IBGE nas publicações decenais para os censos de 1991 e 2000 (PNUD/ONU, 2006).

A vulnerabilidade se define como conjunto de exposições as condições de precariedade de vida, os riscos, quais os indivíduos sujeitos que deixam de exercer sua relação econômica com o mercado, reportando a extensão deste processo para uma interpretação microeconômica, implica na incapacidade dos indivíduos/grupos sociais em suprirem suas necessidades básicas por esforço próprio. (SCOREL, 1999).

No Brasil, a expressão vulnerabilidade correlaciona por definição a situação vivenciada pelo o processo de urbanização brasileira, com as dimensões material, concreta e abstrata da produção do espaço urbano, conforme o discutido no capítulo anterior deste trabalho. Consegue-se evidenciar os desequilíbrios e as

desigualdades em escalas de análise regional e urbana, que podem ser aferidas através do IDH entre estados, municípios e local, com cifras comparativas do nível de sucesso atingido pela sociedade em atendimento a três necessidades básicas e universais dos seres humanos:

- a) A dimensão da educação, acesso ao conhecimento;
- b) A dimensão da longevidade, direito a uma vida longa saudável;
- c) A dimensão da renda, direito a um padrão de vida digno. Baseado não apenas na renda *per capita* para a dimensão de análise socioeconômica.

O IDH, com seus ajustes sociais, a exemplo do Índice de Desenvolvimento Humano ajustado a Desigualdade (IDH-D), permite um novo estudo referência do estágio de desenvolvimento dos países, avalia a concentração de riqueza de pequena parte da população e a falta de acesso ao saneamento básico ou saúde de qualidade dos demais. Esse foco amplia a pesquisa do IDH em relação a outros de exclusivo caráter socioeconômico, antes centrado no Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, assim os sub-índices (educação, longevidade e renda) avalia aspectos sociais de relevância ao estudo das diferenças espaciais. O IDH apresenta variação entre 0 e 1, estabelecendo três níveis de desenvolvimento: O baixo nas cifras compreendidas até 0,499; o médio entre 0,5 e 0,799; e o alto nos acima de 0,8. Nota-se que quanto mais próximo do valor 1, maior o grau de desenvolvimento humano, portanto maior a redução dos indicadores da incidência de vulnerabilidades e risco social no país, região ou localidade (PNUD/ONU, 2010; SILVA; SILVA; COELHO, 2008).

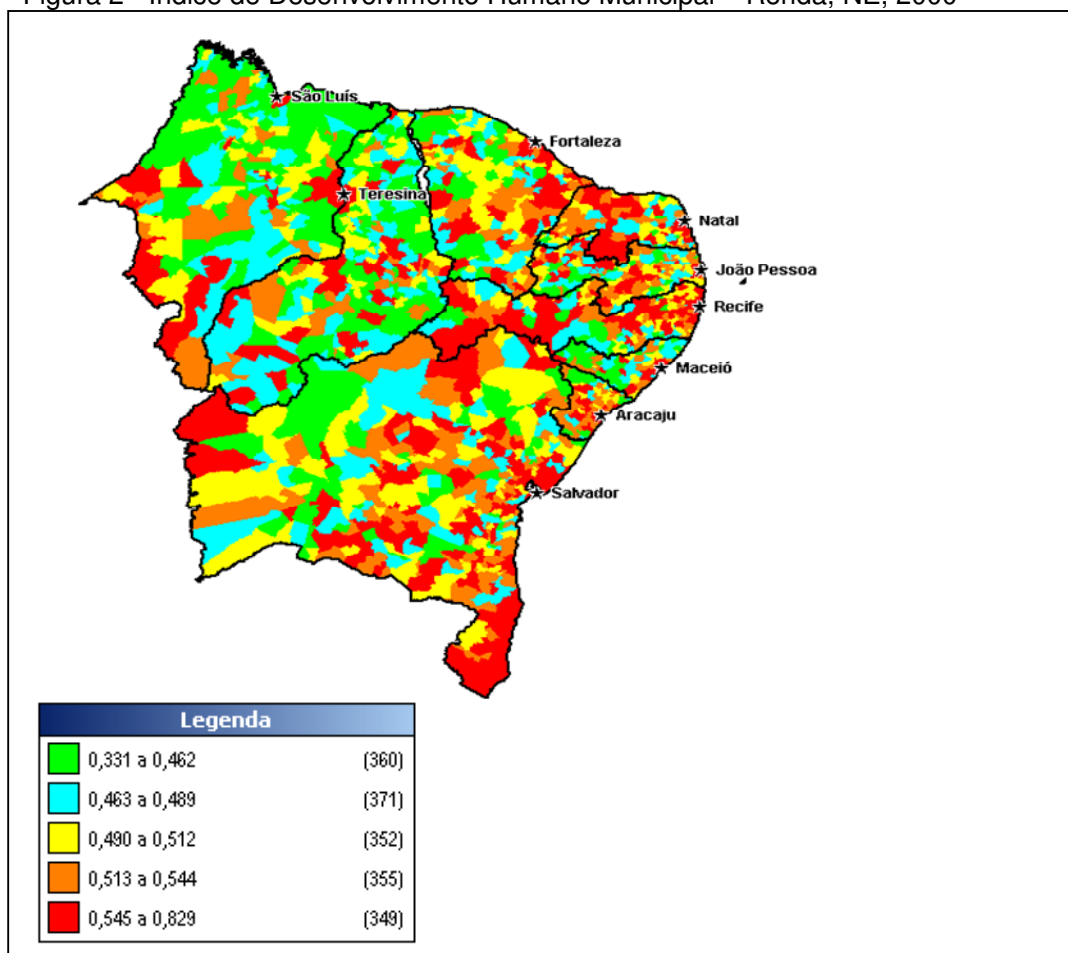
O IDH do Brasil, em 1991, era de 0,696 e, dentre os seus 5.507 municípios, o de maior nível de desenvolvimento humano é Águas de São Pedro (SP) com um valor de 0,848 de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e renda *per capita* de R\$ 578,26 (quinhentos e setenta e oito reais e vinte e seis centavos), enquanto no Piauí, o município de Curral Novo do Piauí (PI) apresentou 0,323 de IDHM e renda *per capita* de R\$ 32,04 (trinta e dois reais e quatro centavos) obtendo a classificação em baixo nível de desenvolvimento humano (PNUD/ONU, 2006).

Percebe-se na amostra anterior a presença do desequilíbrio regional entre dois municípios um do Nordeste (NE) e outro do Sudeste (SE), que reforçados por indicadores de IDH e renda *per capita*, apresentam a distância em desenvolvimento

humano nas localidades, refletindo na interpretação da desigual distribuição espacial dos fatores de produção ao longo da urbanização brasileira (SANTOS, 2008; PNUD/ONU, 2006).

O IDH nacional, em 2000, mostra um substancial desenvolvimento humano (0,766), sendo a menor expressão do IDHM para o município de Manari (PE) 0,467 de IDHM e renda *per capita* de R\$ 30,43 (trinta reais e quarenta e três centavos) e o maior São Caetano do Sul (SP) 0,919 de IDHM e renda *per capita* de R\$ 834,00 (oitocentos e trinta e quatro reais). Nota-se que o aumento do IDH no Brasil em 2000 não interferiu nas diferenças entre a região NE e SE do país, que conservam o distanciamento em desenvolvimento humano permanecendo um município do NE com a menor classificação do nível de IDH, seguido de aproximadamente de 800 municípios com a mesma condição de cifras baixas de IDH, como se pode ver na figura 2 (SANTOS, 2004; PNUD, 2006; 2012).

Figura 2 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda, NE, 2000



Fonte: PNUD (2006); Censo (IBGE, 2000).

Observa-se na figura 2 que, de acordo com o censo de 2000 no NE brasileiro, a predominância do IDH nos municípios entre 0,463 e 0,489, patamares abaixo da classificação média nacional. Para o parâmetro renda verifica-se a devida disparidade de 0,331 a 0,462 presente em 360 municípios com vulnerabilidades, representando 20,14 % dos 1787 municípios da região. A capacidade de inserção no trabalho, ou manutenção da família torna-se baixa devido à limitação permanente ou temporária em adquirir bens e serviços revelada no sub-índice renda do IDH, o que impede a população de alcançar seu desenvolvimento humano necessário para redução das vulnerabilidades (SANTOS, 2004; SILVA; SILVA; COELHO, 2008).

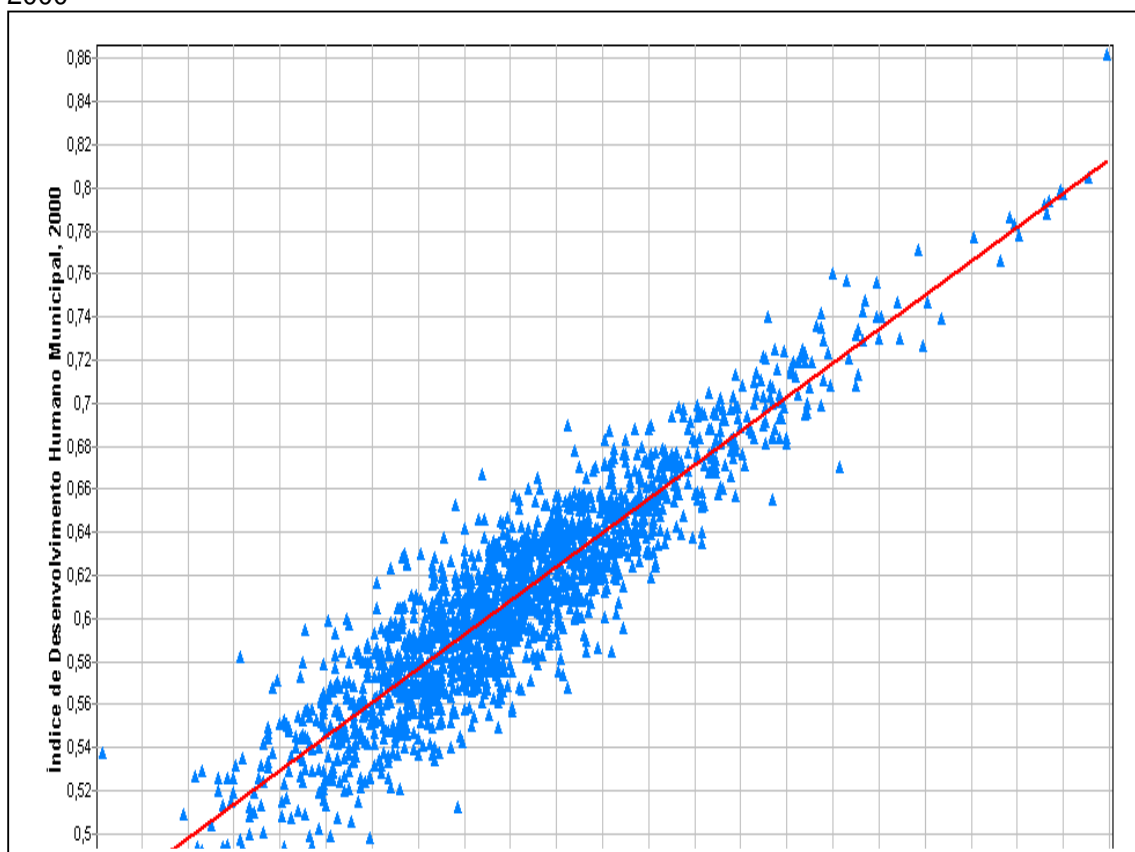
Os valores das cifras encontradas nos IDHs, censos 1991 e 2000, das unidades federativas brasileiras reproduzem a análise espacial das desigualdades (PNUD/ONU, 2006; SILVA; SILVA; COELHO, 2008). Ampliando a delimitação de análise espacial do IDH de municípios para estados, ainda permanecem visíveis as diferenças regionais, sobretudo o desequilíbrio NE em relação ao Centro-Oeste e SE, onde segundo Silva (2010) a urbanização no SE concentra os meios de produção e renda, principalmente nos estados centrais São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal (metrópoles), em que as questões políticas, sociais e econômicas aplicam-se com maior vantagem na orientação de desenvolvimento regional e urbano.

Em 1991, o estado de menor IDH era o Maranhão (MA) com 0,543 de IDH numa disparidade muito grande com o Distrito Federal (DF) 0,799 de IDH mostrando a diferença regional entre o NE e o Centro-Oeste, com os indicadores municipais de vulnerabilidade notou-se a disparidade NE e SE, permanecendo a relação centro/periferia em ambos os casos e a menor cifra de desenvolvimento humano encontrada num estado ou município da região NE.

No censo 2000, há um crescimento de IDH para o DF 0,844 e MA 0,636, porém o desequilíbrio conserva-se no mesmo período. Percebe-se que a taxa de desenvolvimento urbano no DF tivera sido de 0,95%, passando de 94,68% em 1991 de área urbanizada para 95,63% em 2000, enquanto no MA o crescimento urbano fora de 19,52%, passando de 40,01% em 1991 para 59,53% em 2000, expondo nesta condição a diferença entre os limites (1991/2000) de desenvolvimento humano dos estados em questão, com o aumento da produção material, concreta e abstrata do espaço urbano nestas localidades (PNUD/ONU, 2006; SILVA; SILVA; COELHO, 2008).

Observa-se a relação entre espaço urbano e as desigualdades com o exame das vulnerabilidades a partir das comparações do IDH em suas dimensões (renda, educação e longevidade) em todo o Brasil. Como se pode ver nos gráficos 1 e 2 os dados relativos ao IDH de 1991 e 2000, onde os municípios da região NE e SE, respectivamente, permitem analisar as relações com a produção do espaço urbano e a capacidade de inserção socioeconômica da população das regiões e suas desigualdades municipais (ALVES, 2011).

Gráfico 1 – Diagrama de Dispersão dos Municípios da Região Nordeste, IDH anos 1991 e 2000

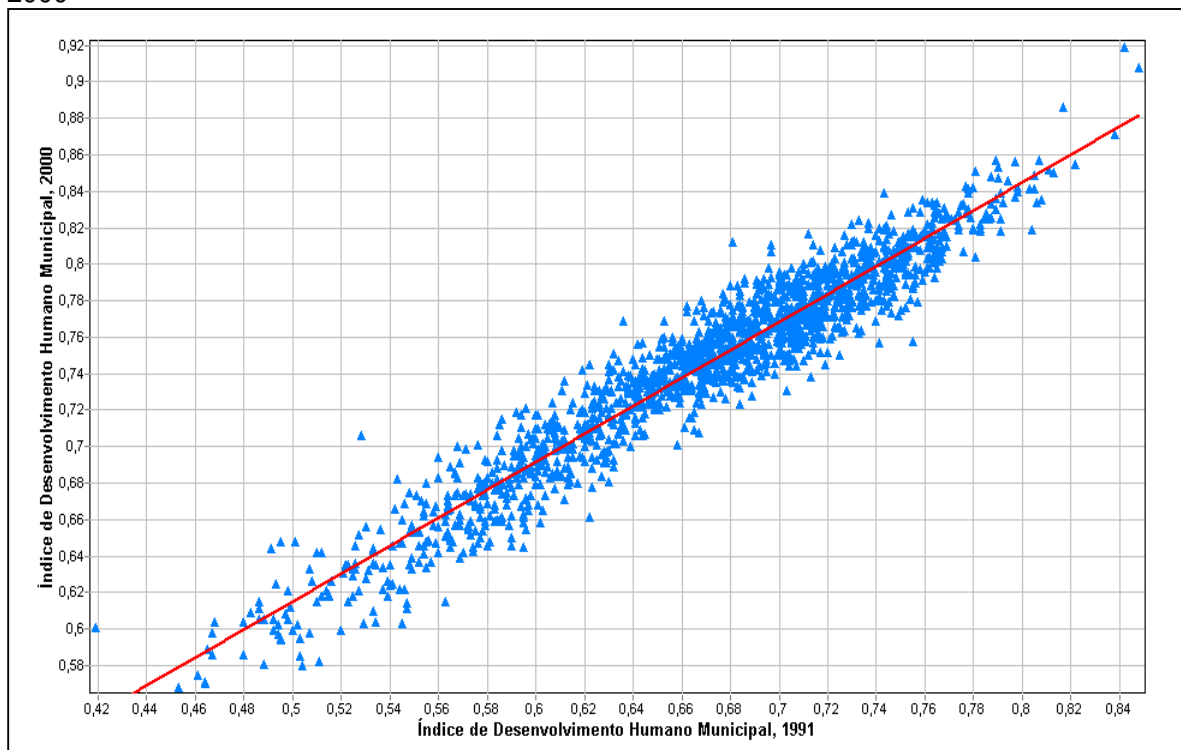


Fonte: PNUD/ONU (2006); Censos (IBGE, 1991, 2000).

Observa-se no gráfico 1 a comparação bivariável do IDH do NE, censo de 1991 e 2000, podendo verificar sua concentração nas cifras entre 0,440 e 0,580 enquadrando-se como os mais baixos do país, e seus reflexos podem ser verificados nos altos índices das vulnerabilidades vividas pela população destas localidades, por consequência, a produção e reprodução do espaço urbano recaem em desigualdades e desequilíbrios, manifestos nos processos de urbanização, e precariedade em educação, habitação, saúde e segurança, para a camadas pobres,

acentuando à reprodução desigual no espaço e alta segregação social (CARLOS, 2011; PNUD, 2006; SILVA; SILVA; COELHO, 2008).

Gráfico 2 – Diagrama de Dispersão dos Municípios da Região Sudeste, IDH anos 1991 e 2000



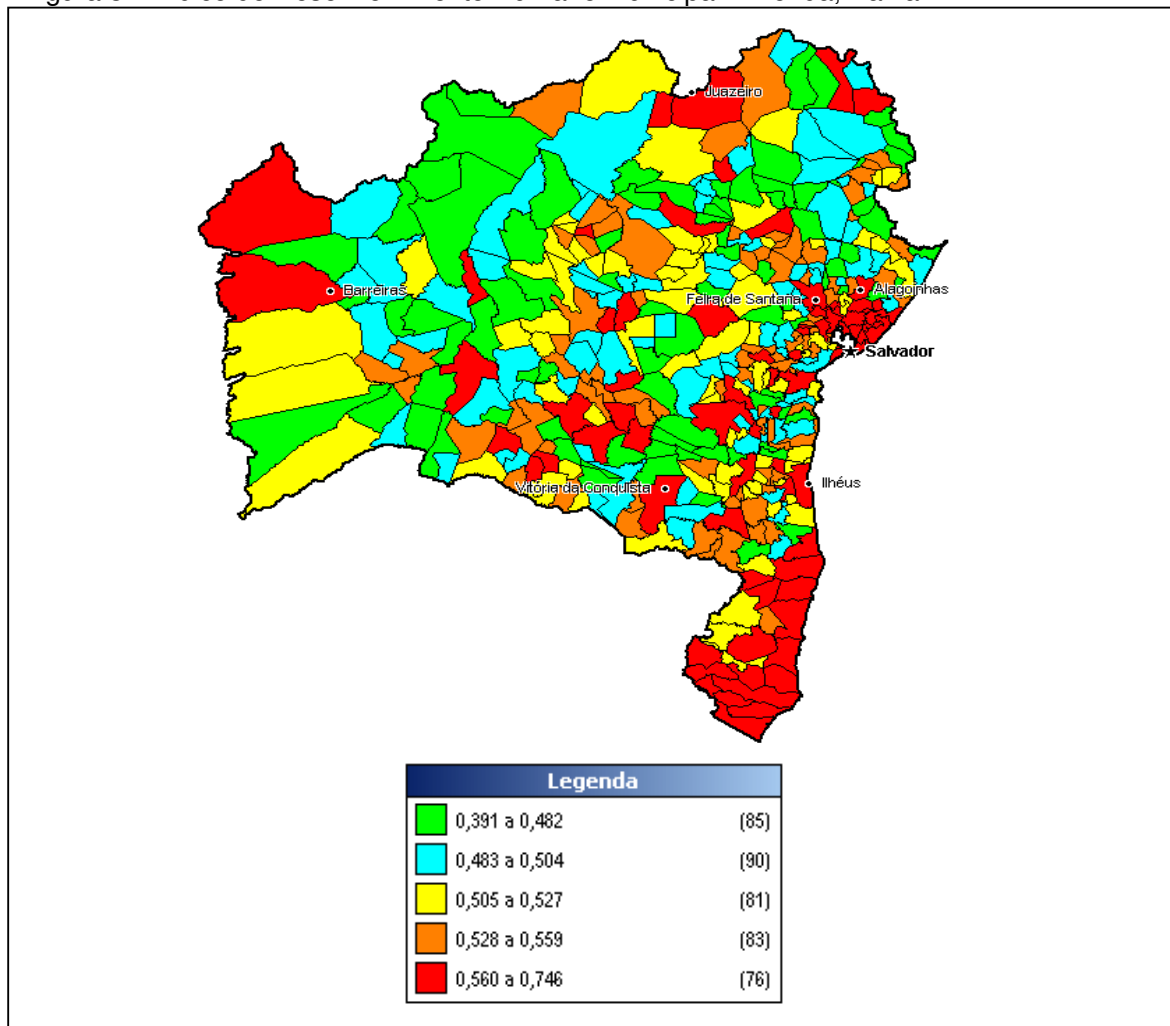
Fonte: PNUD (2006); Censos (IBGE, 1991, 2000).

No gráfico 2, o diagrama de dispersão apresentado mostra a comparação entre os municípios da região SE, com intervalo concentração de IDH entre 0,580 e 0,780; classificação em nível médio de IDH, que em relação ao disposto no gráfico 1 para região NE mostra fatores mais satisfatórios em relação a concentração de serviços e melhor condição para o trabalho assalariado.

Notadamente outras questões implícitas decorrem do espaço produtivo vivenciado pela mão-de-obra especializada e melhor paga, recorrente da acessibilidade melhor aos direitos sociais. Essa observação pôde ser pontuada conforme a interpretação da variação do intervalo de IDH nos limites (inferior/superior) de concentração, verifica-se que estão dentro do nível médio de classificação, fornecem segundo o PNUD/ONU (2006) um menor risco social e maiores condições de inserção ao mercado de trabalho da população domiciliada na

localidade detrimento as que reside em áreas de classificação de IDH em nível baixo.

Figura 3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Renda, Bahia



Fonte: PNUD 2006; Censo 2000.

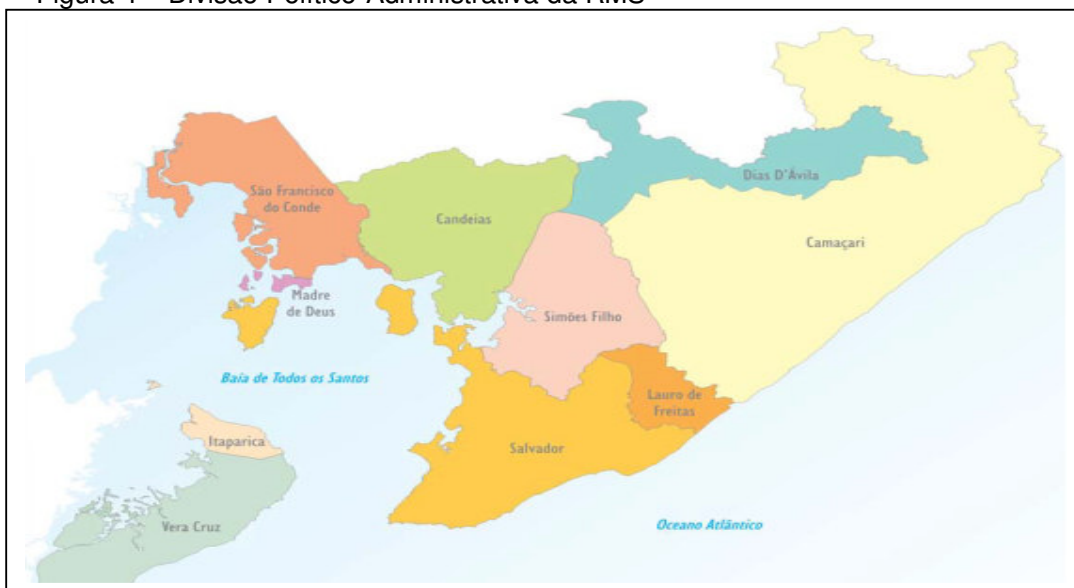
A Bahia (BA) possui diferenças regionais em distribuição de IDH, mostrando uma dispersão espacial desigual, conforme figura 3; nota-se que 185 municípios possuem IDH entre 0,391 e 0,504, com classificação até o nível médio, e dessas 85 estão em nível baixo de desenvolvimento humano. Essas localidades excludentes e hierarquizadas estão dispersas em toda a extensão espacial do estado onde se percebem os desequilíbrios entre o Oeste (W) com destaque para os municípios de Barreiras e Formosa do Ouro Preto; para a região S na extensão de Mucuri a Ilhéus; e a porção Litorânea com destaque para Região Metropolitana de Salvador (RMS),

Feira de Santana (início do Sertão) e Alagoinhas; todos evidenciam os maiores índices de desenvolvimento humano com valores entre 0,560 á 0,746 de IDH.

Obedecendo à teoria do estado isolado de Thüen (1826), que se fundamenta na análise locacional, a cidade de Vitória da Conquista terceiro grande centro urbano da BA, constitui o principal mercado econômico da região, sendo acompanhados espaçadamente por municípios com um conjunto de atividades competitivas nesta área geográfica e distantes da influência da RMS. A menor representação de IDH dentre os 415 municípios da BA para o censo de 2000, corresponde a Itapicuru (BA) com valor de 0,521 de IDHM e o maior de Salvador (SSA) com 0,805 de IDHM, as considerações físico-espaciais das cidades são diferentes em tamanho, porém a análise transversal com outros municípios mais distantes dos grandes centros urbanos da BA remonta a grande dificuldade de circulação de bens e serviços para redistribuição regional de capital simbólico e extensão de vulnerabilidades entre os municípios representados por seus limites (inferior/superior) de gradação para desenvolvimento humano (PNUD/ONU, 2006).

A Região Metropolitana de Salvador (RMS) espaço de relevância no desenvolvimento urbano e regional do estado da BA possui oito municípios, (Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, SSA, São Francisco do Conde e Vera Cruz) com disposição legal em Lei Complementar n° 14/73 (BRASIL, 1973), posteriormente houve o desmembramento da cidade e Camaçari, e acrescentados os municípios de Dias D'Ávila e Madre de Deus, conforme pode-se observar na figura 4 (PNUD/ONU, 2006).

Figura 4 – Divisão Político-Administrativa da RMS

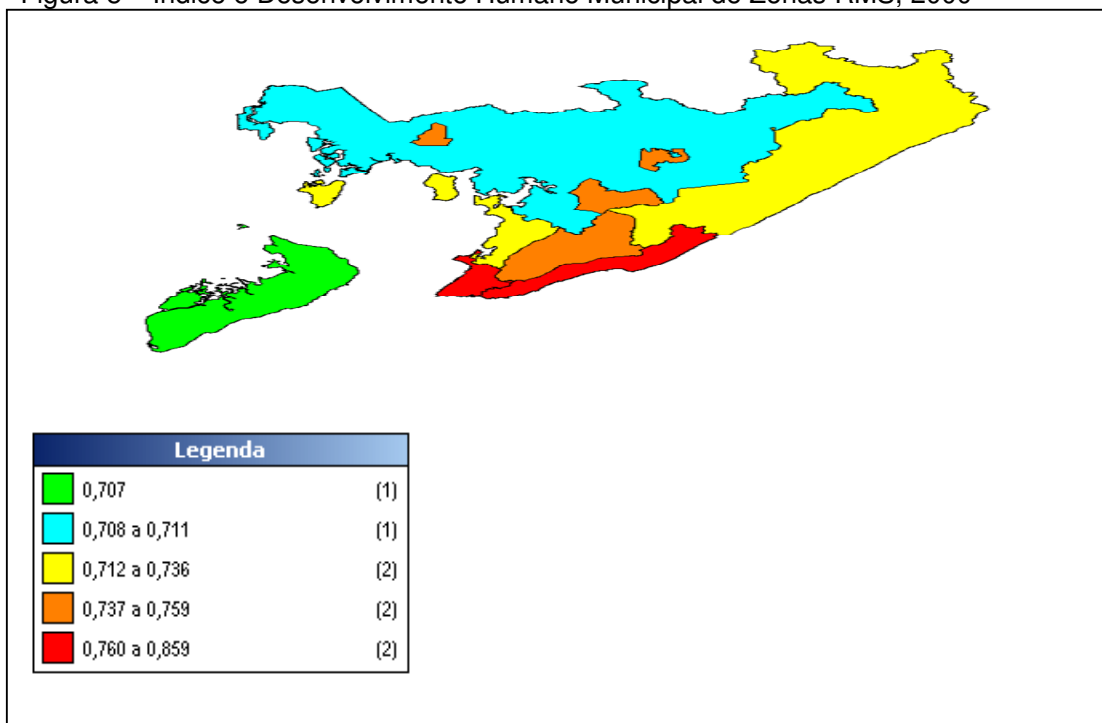


Fonte: PNUD/ONU (2006).

A análise do IDH da RMS, conforme figura 5, demonstra um perfil de destaque para Área Central de SSA e Expansão Litorânea/SSA-Lauro de Freitas com desenvolvimento humano maior que as seis demais localidades, com seus índices variando entre 0,760 e 0,859 de IDH, as considerações entre centro/periferia mostram-se na relação espacial, percebe-se que os municípios mais afastados da capital baiana sofrem menos influência econômica, refletindo nos indicadores de renda, educação e longevidade, portanto com as menores cifras de IDH (PNUD/ONU, 2006; SANTOS, 2004).

A população na cidade de SSA, em 2000, era de 2.443.107, passando a 2.676.606 habitantes, em 2010, com uma população urbana de 2.675.875 indivíduos, com o crescimento populacional a exigência sob serviços públicos torna-se ampliada, e os direitos básicos a educação, saúde e segurança passam a integrar uma complexidade maior, e deixam de ser atendidos satisfatoriamente pelo Estado. Por conseguinte o adensamento populacional urbano de SSA, exerce uma pressão causada pela necessidade de (re)produção do espaço, que segregado e distribuído de maneira irregular provoca a “crise urbana” (IBGE, 2011; PNUD/ONU, 2006; SILVA, 2004; SOUZA, 2000;2004).

Figura 5 – Índice e Desenvolvimento Humano Municipal de Zonas RMS, 2000



Fonte: PNUD (2006).

A cidade possui uma área de 313,00 km² com um perímetro urbano de 196,03 km, SSA caracteriza-se pela concentração de atividades terciárias, e distribuição massificada de trabalho informal, encontram-se atividades financeiras, comércio e turismo com foco direcionado para a sazonalidade. Conta o município com um Distrito Industrial Urbano, localizado na Br-324, ainda possui indústrias intraurbanas pulverizadas em toda a malha tecidual, tendo na segunda metade do século passado expandido sua orla marítima, e migrado para a parte interna da cidade com praticamente 100% de ocupação (PNUD/ONU, 2006).

As disparidades locais tornam a cidade heterogênea, pois no centro ou na periferia da cidade, consegue-se encontrar indivíduos vulneráveis, independente dos movimentos cotidianos, necessariamente vivendo em condições precárias e expostas aos riscos inerentes da dinâmica urbana como violência, criminalidade, fome e miséria. Observa-se que os 10% mais ricos concentram 50% dos rendimentos, enquanto os 10% mais pobres concentram 1%, desproporcionalidade veemente refletida na condição de miséria em que os chamados “pobres urbanos” sobrevivem, estampando nas edificações irregulares suas moradias e convivências

domiciliares com sujeição as mais diversas vulnerabilidades, inclusive socioeconômica (NUNES, 2002).

A divisão espacial da cidade de SSA inicialmente na década de 60 com lei municipal 1038/60 que desdobra territorialmente a cidade em distritos e 20 subdistritos, cita também 32 bairros, porém sem uma delimitação físico-espacial. O Decreto 7.791/87 dividiu espacialmente em 17 Regiões Administrativas (RA), assim permanecendo na atualidade, muito embora há diversas localidades se autodenominem por bairros, porém sem o lastro jurídico orgânico que estabeleça seus limítrofes (COSTA GOMES, 2005; PNUD/ONU, 2006; SALVADOR, 1960; SALVADOR, 1987).

Para analisar as informações das vulnerabilidades e desigualdades em SSA e RMS, um novo redimensionamento censitário foi desenvolvido pelo IBGE (2006), baseado no estudo das unidades espaciais territoriais atreladas ao planejamento urbano inframunicipal, as UDHS, propostas pelo PNUD/ONU (2006). Essas UDHS passam a agregar dados dos censos de 1991 e 2000 com os IDHs distribuídos espacialmente em 119 UDHS com informações de fonte comum a outros órgãos governamentais, visando promover o acesso aos dados extremamente úteis para formulação de estratégias de desenvolvimento humano e melhoria da condição de vida local (PNUD/ONU, 2006).

3 A CRIMINALIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A análise do território facilita à compreensão sobre a dispersão dos crimes, com isso os centros urbanos, alvo de grande intensificação de atos violentos, registram marcas indistintas, evidências tais, que constroem o cenário para o estudo da criminalidade. Essa afirmação remete a um exame generalizado entre as práticas criminais e sua lógica de surgimento, fenômeno social (produção do espaço) que pode ser observado a partir da constante mutação da conduta criminal, e ratificado nos espaços desiguais com a ocorrência dos mais diferentes tipos de crimes, e suas metamorfoses em questões sociais e urbanas como função adaptativa da própria sociedade (CASTELLS, 1983; CASTEL, 2009; DURKHEIM, 1996; SILVA, 2010).

A proliferação dos delitos sobrepõe o espaço urbano diversificando-os, quer na dimensão, quer no conteúdo dos crimes, esses efeitos são percebidos pela comunidade e impactam a rede das cidades. Esse clamor público promove uma relação direta com o sentimento coletivo, onde a replicação dos crimes, cometidos numa delimitação físico-espacial torna-os quantitativamente expressivos, deixando-os visíveis a um conjunto da população, enquanto que o requinte de crueldade, intensidade da violência, sobretudo física, demonstra a periculosidade da ação delinvente de forma qualitativa (COSTA GOMES, 2005; DURKHEIM, 1996; SILVA, 2010).

Em sua obra Silva (2010) trata sobre os aspectos que condicionam os crimes nas cidades, o autor argumenta que a ação criminosa possui ações vinculadas a eixos temáticos relacionados à motivação psíquica, o meio ambiente e a vítima, essa correlação permite a análise da criminalidade no espaço urbano. Refere-se também o autor ao estudo do agente do delito, por concepções de natureza antropológica, biopsicológica e sociológica, onde se percebe a complexidade do fenômeno da criminalidade urbana, em que o estudo do meio, através de suas condicionantes (socioeconômicas, territoriais, entre outras), mostra-se como extensão do conjunto que perpassa entre vítima, autor, crime e criminalidade.

As considerações sobre a conceituação de criminalidade mostram a relação direta entre o conjunto de crimes dentro de um espaço geográfico quais lhe causem comoção, espanto ou terror. Para isso o local e a estrutura ofertada para prática do crime, incluem condicionantes a forma violenta ou não a ser aplicada à conduta criminal, transformando a intensidade do ato violento além da violação culpável da

lei, que por seus efeitos intranquilizam a sociedade. A estrutura urbana e a relação de produção do espaço por fazerem distinção entre às comunidades e medirem o nível de acesso ao poder, evidenciam a forma de manifestação de tais atos violentos, facilmente percebido no conteúdo hierarquizado do meio urbano sob a sensibilidade dos diferentes estratos sociais (GOTTDIENNER, 2010; SOUZA, 2000; 2004; MICHAUD, 1989).

A fragmentação do espaço urbano em territórios diferentes promove a individualização e o acúmulo social violento, condições que permitem o enfraquecimento da sociedade e a respectiva instalação da criminalidade em lugares onde o poder público, legítimo para o controle social, permanece ausente. Neste aspecto a incapacidade de mobilidade e circulação urbana em tais territórios, proporciona a inviabilidade a atuação efetiva dos órgãos responsáveis pela vigilância e segurança ostensiva, conseqüentemente aumentando a insegurança pública dentro do tecido urbano (SOUZA, 2000; COSTA GOMES, 2005).

A forma da criminalidade presente em espaços urbanos com descoesão social, possui prevalência para os crimes letais, já existência de modalidades delituosas de corrupção, descaminhos e outros voltados ao patrimônio, em territórios providos de ambiente com acesso político à informação. Tais evidências reforçam o estudo de correlação entre a criminalidade e o espaço urbano, e sua correspondência à estrutura de poder, sobretudo o público, que ausente na (re)produção do espaço em cada território, facilitam a interação dos fatores estruturais favoráveis ou não, a instalação da criminalidade e à caracterização do delito, e, conseqüentemente da crise urbana ou ainda metropolitana (CASTEL, 2009; COSTA GOMES, 2005; SILVA, 2010; SOUZA, 2000).

Com isso, anomia dos fenômenos sociais contribui incisivamente para a cultura do isolamento, onde as transformações da sociedade moderna, para atingir os seus fins de capital especulativo, precisa organizar-se no espaço urbano. Para isso, impõe a divisão de tarefas qual leva a especialização, que enfraquece o espírito solidário, efeito possível de acarretar no desvio “crime” e, conseqüentemente, na criminalidade. A dissolvência desta especialização no espaço urbano incorre na quebra dos laços nucleares, tais imprescindíveis na formação da estrutura familiar, referencial do indivíduo para as demais instituições sociais (ESPINHEIRA 2008; DURKHEIM, 1999).

Segundo Elias (1990), a criminalidade essencialmente urbana fundamenta-se nas expressões de violência, associada à conduta criminosa em espaços de convívio social. Há muito que rediscutir sobre ser puramente urbana, contudo o estreitamento dos conflitos do quotidiano teoriza o tipo de crime recorrente não pelo espaço urbano, mas, pela natureza das manifestações criminosas juntos aos equipamentos urbanos, onde são fortemente alicerçados pelo continuísmo de ações criminosas de massa do aglomerado citadino.

Essas relações pautam-se no individualismo endêmico das diferenças, onde uma vez ampliadas transcorrem as ações delituosas, independente de classes sociais, ocorrendo criminalidade em espaços segregados por pobres e ricos (SILVA, 2010, p. 100-108).

A percepção de que grupos sociais estariam envolvidos no crime, sem uma ampliação de estudo, não exclui o rótulo a que certos indivíduos em um grupo social estariam sujeito, impondo o preconceito a determinadas categorias específicas com posição socioeconômica pré definida, que fixada pela maior frequência de delitos em determinado estrato urbano tornar-se-iam alvo e um determinismo histórico, destituindo o crime enquanto processo, onde depende sujeito envolvido, do espaço, da sociedade e do tempo (BECKER, 2008; SALLES, 2007; SOUZA, 2000; SILVA, 2010).

Ressalta Costa Gomes (2005) que a criminalidade é multiforme, adapta-se na estrutura social de diferentes maneiras e ocupa as várias oportunidades deixadas pela produção material do espaço. Com isso, preencher os espaços vernaculares através de moradias irregulares, as ditas invasões, promove a segregação do tecido urbano em territórios separados entre pobres e ricos.

Outra condição proposta na afirmativa anterior, onde o mesmo autor e Caldeira (2000) ressaltam a condição do enclausuramento fortificado dos condomínios luxo, deixando-os separados da cidade, e sem a garantia da existência de crime, essas exposições mostram a fragmentação em dois tipos de territórios, um excluído pelas condições de pobreza nas habitações subnormais e outro pela abundância de bens. Este afastamento resulta numa produção desigual do espaço urbano, emergindo subculturas associadas a rótulos de marginalização social, que pela falta de acesso estrutura do poder, ocorre a necessidade de formação de identidade desviante em grupos, que por circunstâncias condicionantes, vivenciam a vulnerabilidade de massa, que fortemente expressa nos territórios reproduz a

intranquilidade na sociedade, difundida a partir sensação de insegurança provida pelo aumento da criminalidade (BECKER, 2008; CASTEL, 1997; 2008; GOTTDIENER, 2010)

A cultura do medo veiculada em massa constitui outra vertente de análise entre criminalidade e espaço urbano, pois proporciona o aumento da necessidade de proteção e contribui para o isolamento do território. Nesse pensamento, a disseminação superdimensionada da informação sobre os crimes, desqualifica o seu cometimento, incentiva prática da imitação a criminal e enfraquece os laços sociais (BECKER, 2008; ESPINHEIRA, 2008; GLASNNER, 2003).

Sendo quaisquer crimes resultado de instabilidade emocional, ora motivados pelos conflitos do convívio diário (trânsito, estresse, disputas em geral), as difusões das atitudes violentas para resolverem tais litígios, ecoam para a comunidade como acentuação da insegurança no espaço urbano, tornando-o um local frágil para convivência coletiva e o exercício da cidadania (COSTA GOMES, 2005; GLASNNER, 2003).

Geograficamente, o fenômeno da criminalidade é global, mesmo em formas e magnitudes diferentes, apresentam também causas primárias aparentemente diferentes em todos os lugares. O território assume um papel identitário para as diversas formas criminosas, recorrendo à capacidade social de adaptação do indivíduo às variadas condições impostas pela sociedade, ambiente e relações de (re)produção, como nos espaços desiguais da ordem centro/periferia em manifestações visíveis na invisibilidade dos pauperizados (COSTA GOMES, 2005; SANTOS, 2008).

A necessidade impõe um gosto de necessidade que implica uma forma de adaptação à necessidade e, por conseguinte, de aceitação do necessário, de resignação ao inevitável, disposição profunda que não é forma alguma incompatível com uma intenção revolucionária, mesmo que lhe confira sempre uma modalidade que não é das revoltas intelectuais ou de artistas. A classe social não é definida somente por uma posição nas relações de produção, mas pelo *habitus* de classe que “normalmente” (ou seja, como uma forte probabilidade estatística) está associado a esta posição. (BOURDIEU, 2007, p.350).

No pensamento de Bourdieu (2007), a adaptação as necessidade são resultado da imposição da própria necessidade, as condições de criminalidade urbana delinearam aos grupos sociais à autodefesa, condição que deveria ser

suprida pela iniciativa de convivência em sociedade, ideia de tutela, nas relações formalizadas pelo controle social (estado), porém a banalização da informação sobre o crime, deixa aos estratos sociais em ciclo reprodutivo, “*habitus*” que numa hierarquização social as diferenças entre as classes mais e menos abastadas reforçam a necessidade do próprio distanciamento espaço-territorial.

As regras sociais ordenam o espaço público traduzindo uma regularidade para as condutas, e, são impostas para o meio por representações legislativas e políticas, quais seguem o ordenamento jurídico-social. O crime, como fato social, tem sua descrição legal e transforma-se com os usos e costumes da sociedade, modificando a estrutura das relações no espaço urbano, pressuposto de exigência das mutações de modalidades delituosas, que acompanham as necessidades de regulação dos grupos sociais independentemente de serem jovens, idosos, crianças e mulheres (SILVA, 2010, p. 22-27).

Neste enfoque, as atualizações na sociabilidade e transformação dos meios de produção na economia podem emergir novas práticas delituosas quais podem ensejar um novo arcabouço jurídico-social e inovações técnicas no desempenho das atividades responsáveis pela aplicação legal (COMTE, 1977; SILVA, 2010).

Com essa proporção, a mutação das práticas criminosas proporciona reordenamento do espaço urbano nas suas relações produtivas e reprodutivas, onde o poder público no Brasil é provocado a atuar e inovar, buscando “Preservar a Ordem Publica”. Para isso, as práticas são as mais variadas possíveis, e objetivam a debelar desvios, que fruto da desestrutura de densidade moral e social das metrópoles brasileiras, dizem respeito à desagregação do conjunto de valores atrelados ao tecido social, resultante da exclusão moral e material processada na organização do espaço urbano (BRASIL, 1988; CASTEL, 2009; DURKHEIM, 1999).

Insistimos na questão do gosto e de classe social em mundo que se fragmenta em representações culturais partindo do pressuposto da soberania da cultura e do direito de expressão das diferenças, diante do direito à igualdade de participação. (ESPINHEIRA, 2008, p. 18).

Reforça Espinheira (2008) a soberania da cultura e o direito de expressão das diferenças que são manifestas de diversas formas no conteúdo do espaço urbano, podem resultar em maneiras diferentes de criminalidade, sendo violenta ou não. A visualização da forma depende da representação cultural das classes sociais

envolvidas e refletem no nível de tolerância da atitude criminosa, na compreensão de seu potencial ofensivo e da coerção deste.

Elucida Silva (2010) a distinção entre criminalidade violenta, que inclui os crimes cujo emprego de instrumentos causa a violência física⁹ ou grave ameaça e a criminalidade não violenta aquela na qual atinge o patrimônio do sujeito ou da coletividade causando-lhes repúdio, observa-se a predominância maior ou menor destas em territórios em que a produção social do espaço incorpora a coesão ou descoesão dos grupos sociais vinculadas ao processo de desigualdade social.

As relações entre criminalidade e espaço urbano seguem essa contínua dinâmica do “gosto” e novas predileções são incorporadas pelos indivíduos, que surgem por referências culturais, quais manifestam nas mais diferentes classes sociais. Numa sociedade desigual a reprodução da noção de “ordem” poderá derivar do entendimento dos limites próprio destas relações culturais, que segundo a filosofia positivista para o avanço científico e social (progresso), este deve preceder de uma organização sistemática dos diferentes, mas social e politicamente iguais, que se identifica como processo democrático, ou seja, o direito a igualdade de participação (COMTE, 1977; ESPINHEIRA, 2008; GOTTDIENER, 2010).

Um espaço urbano em desordem (poluição visual, ausência de iluminação, lixo, por exemplo), desencadeia uma série de probabilidades delituosas, ou ainda ofensivas às normas de conduta da sociedade ali instalada, a esse desequilíbrio o desgaste intensifica as relações, podendo gerar o conflitos e as oportunidades para os indivíduos indesejáveis, logo o direito de expressão das diferenças torna-se desigualmente distribuído na hierarquização dos espaços segregados dentro da sociedade, como podemos verificar na América Latina, onde as taxas de desenvolvimento urbano são menores, e segundo o BID (1999) apresentam os maiores índices de criminalidade (COMTE, 1977; COSTA GOMES, 2005; ESPINHEIRA, 2008).

Sobretudo no estado brasileiro que recai na versão do poder punitivo dos empobrecidos, segregados e distantes, onde orientados pelas desigualdades, emergem das lacunas justapostas deixadas pelo estado, numa tentativa incessante da capacidade de pertencimento a uma sociedade (espaço urbano), que não os

⁹ Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), compreende do uso da intencional da força real cuja natureza dos atos violentos tenha por vítima o ser humano provocando sua descontinuidade de integridade física, OMS, 2002.

aceita sob mais diversas formas de intolerância. O refino de um suporte legal estabelecido pode ser avaliado com os resultados da sua política restaurativa de danos, tendo no garantismo constitucional (BRASIL, 1988) a inserção de práticas e políticas públicas voltadas ao atendimento e retorno à sociedade os agentes sujeitos a aplicação penal, porém ainda imperceptível seu funcionamento para a maioria do povo brasileiro, estando transparente nas condições principalmente de atuação da justiça nacional e sua letargia para com as respostas efetivas à sociedade (ADORNO, 2002; BASTOS NETO, 2006).

A particularidade do processo de insensibilidade ao ato criminal pode ser revelada pelos índices oficiais do país, quais relegam a condição teórica para criminalidade no Brasil, e analisada também função do próprio senso de consumista preconizado pela economia capitalista, que vê na satisfação material, a posse e a propriedade, a necessidade de segregação e individualismo, pelo modelo claro de comportamentos dos empobrecidos não seguiram a determinada área da vida social (ADORNO, 2002; DURKHEIM, 1996).

As formas de obsolescência programada e perceptível, fundamentam o argumento sobre aumento o senso de propriedade, como principal vetor da necessidade de prevenir o crime nos espaços urbanos, isto decorre da ausência de regulação moral da própria sociedade, logo se as aspirações dos indivíduos, ou dos grupos não correspondem com as recompensas disponíveis, essa contrariedade entre seus desejos e realizações serve de instrumento de motivação para as ações delituosas, conseqüentemente, aumento da criminalidade (DURKHEIM, 1996; MARCUSE, 1979; SILVA, 2010).

A busca por uma melhor condição de vida levou, sobretudo o Nordeste brasileiro, por exemplo, a sofrer o êxodo rural, superpovoando os espaços dos grandes, médios e pequenos centros urbanos, num verdadeiro amotinado amorfo de relações complexas, determinado pela sobrevivência em condições de favelização e indigência estrutural e social, fenômeno suscetível a instalação da criminalidade e violência, principalmente pela ausência de atuação do poder público a regulação e o controle social assistidos pelo direitos fundamentais (ADORNO, 2002; BRASIL, 1988; CASTEL, 2009; GOTTDIENER, 2010; OLIVEIRA, 2011; SILVA, 2010).

A partir da década de 70, o Brasil tornou-se um grande fórum de estudos da violência, diversos grupos passaram a produzir cientificamente trabalhos para a Segurança Pública voltados para melhoria da qualidade de vida da população

brasileira, enfatizando a criminalidade como objeto de pesquisa nas grandes cidades capitais, e as universidades passaram a integrar em seu corpo docente grupos de estudos e observatórios de segurança com a finalidade de acompanharem as mudanças significativas no padrão da criminalidade individual, bem como aos índices de insegurança e medo associados à variação de perfil das pessoas envolvidas na delinquência (ADORNO, 2002; ESPINHEIRA, 2008).

Estudos sociológicos apontam para a rediscussão de três pontos para elevação da criminalidade no Brasil, inclusive com desdobramento em todo o território são os correspondentes: 1) a mudança dos padrões de criminalidade e violência; 2) crise no sistema de justiça criminal; 3) desigualdade socioeconômica e segregação urbana. A relação entre pobreza e delito desgastou-se na ausência de fundamentação científica em inúmeros estudos, porém a persistência entre a concentração de riqueza, e concentração de qualidade precária das classes populares urbanas residentes nos bairros periféricos das grandes cidades contumazes na explosão da violência fatal (ADORNO, 2002; WAISELFISH, 2007).

Com isso, percebe-se no Brasil a relação entre produção do espaço e influência vetorial da criminalidade, percepção visível a partir da modificação da estrutura urbana e orientação de seus componentes. O crime enquanto fenômeno exige uma defesa inconsciente da própria sociedade, que contra o adverso, reproduz um modelo arquitetônico de enclausuramento visível, presente nas fachadas das edificações, como forma de segurança física das instalações visando à proteção das pessoas e do patrimônio, essa prática modifica a semiótica da cidade poluindo o espaço urbano e, de forma sutil, aumentado o medo, a insegurança e a incapacidade de enfrentamento das questões urbanas da violência, crime e criminalidade (CALDEIRA, 2000; DURKHEIM, 1996; ESPINHEIRA, 2008).

O direito a vida constitui-se dentro do Estado Federativo do Brasil como garantia fundamental para qualquer cidadão (BRASIL, 1988), nesta afirmação a legislação brasileira comporta em seu bojo a condição para o crime de homicídio (BRASIL, 1940), a suporte do direito criminal brasileiro prevê-lo enquanto fato típico penal. Por suas características, o homicídio reporta-se enquanto indicador num espaço geográfico do nível de criminalidade instalada naquela delimitação espaço-físico-territorial. A taxa de óbitos por causas externas (conjunto de acidentes e violência), por cem mil habitantes, estima o risco de mortalidades por razão de

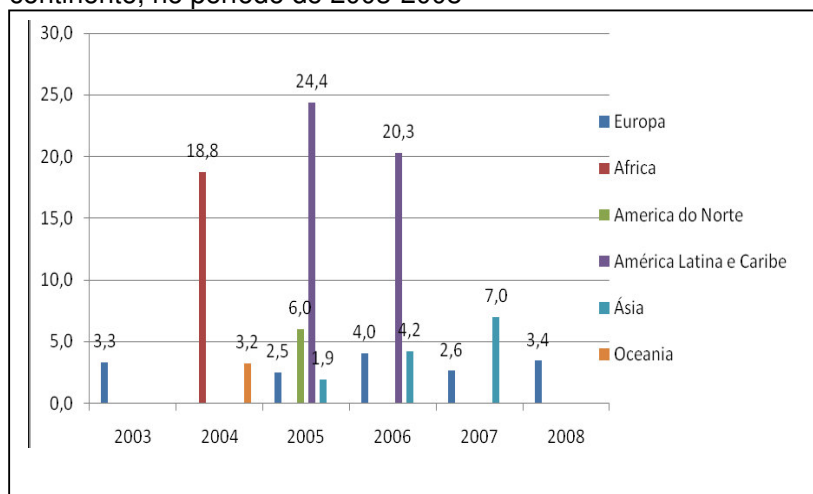
violência, consegue dentro do censo demográfico regional verificar a incidência¹⁰ dos casos transcorridos, bem como diferenciar as mortes letais intencionais das demais por causas externas, compreende de uma medida convencional internacional de avaliação transversal (DURKHEIM, 1996; ROUQUAROL; ALMEIDA FILHO, 1999).

Algumas características são predominantes no Brasil para diagnóstico da criminalidade violenta, aspectos como instrumento utilizado para o ato violento, sendo arma de fogo; há prevalência do gênero masculino como autor de delitos; com relação às mortes por causas externas a faixa etária correspondente entre 15 e 30 anos com variação pequena, principalmente para a taxa de homicídios; possui hábitat eminentemente urbano ou em municípios com os maiores índices de urbanização, com atenção aos locais em que o Poder Público encontra-se ausente com infraestrutura urbana essencial, sem equipamentos ou serviços públicos, ou ainda precários; afetam pessoas de baixa renda e escolaridade com alta taxa de trabalho informal, como já abordado para os crimes letais, enquanto os delitos de roubos e furtos afetam diretamente à propriedade; localidades onde o desenho urbano é desorganizado, sem distinção nítida entre espaços públicos e privados e marco referencial claro (COSTA GOMES, 2005; WAISELFISH, 2007).

Com relação aos instrumentos de análise para a criminalidade violenta a taxa de homicídio torna-se referência para análise do território, por permitir inferências em períodos distintos, como mostra o gráfico 3, comparações multicausais, que mesmo quando isoladamente associado como variável, o homicídio, por ser fenomenal, depende dentre os outros delitos, de vários fatores que levam ao grau extremo do ato violento, revelando também a intensidade de diversos outros tipos de violências associadas (CRUZ, 2010; DURKHEIM, 1996).

¹⁰ Segundo Rouquarol & Almeida Filho (1999), em Epidemiologia traduz a ideia de intensidade (número de casos em determinada comunidade em certo período de tempo) e com que acontece a morbidade em uma determinada população.

Gráfico 3 – índice de homicídios anual por grupo de cem mil distribuído por continente, no período de 2003-2008



Fonte: United Nations Office on Drugs and Crime (UNODC, 2010); Silva (2010).

No gráfico 3, por exemplo, a dispersão espacial dos homicídios por grupo de cem mil habitantes nos continentes, que segundo o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes - UNODC (2010) apud SILVA (2010), os índices globais de homicídios há uma estabilidade ou queda dos dados apresentados no período 2003 à 2008. Há países com índices acima do anual mundial que oscila na ordem de 11,0. A América Latina e o Caribe apresentam os maiores índices, nessa análise considerada periferia do mundo (PREBISH, 2000, p.1-15), observa-se em países latino americanos a maior taxa de homicídio por utilização de arma de fogo do mundo, Honduras (82,1), El Salvador (66,0) e Costa do Marfim (56,9), o Brasil segue em 3º lugar em termos globais, com incidência nos grandes centros pólo dinâmico das violências que são as metrópoles (WASELFISH, 2012).

Segundo Waiselfish (2012), havia certa lógica sobre o surgimento dos homicídios no Brasil ao longo do tempo, sempre a predominância em áreas empobrecidas dos grandes centros urbanos, podendo ser estimada por pesquisadores de um ano para o outro, porém na última década, fatos inesperados mudaram os padrões da violência homicida no país. Essa interpretação se deu por divergências das fontes de pesquisas dos atestados de óbitos e dos sistemas policiais de ocorrências, sempre apresentando distorções no número de casos. Outra questão relevante para análise da taxa de homicídios no Brasil corresponde à inexistência de dados intercensitários, onde o censo do IBGE (2010), com todos os

seus dados, são calculados por estimativas, ocasionando algumas divergências nas análises junto ao território, conseqüentemente os relativos aos espaços urbanos.

Outra vertente de análise para o aumento significativo do número de homicídios deve-se ao aumento do crime organizado¹¹ em escala transnacional, tráfico de drogas e da atividade de gangues. Observa-se, na figura 6, ligeiro aumento nos anos de 2007 e 2008 na Europa, demonstrando necessidade de vigilância constante e ações eficazes de combate à criminalidade. Os dados referentes à África e Ásia não foram suficientes para uma imagem clara das situações desses continentes, como se pode ver na figura 6, há muito o que se obter em análise global e situacional sobre a espacialização dos homicídios por grupos de cem mil habitantes. Nota-se que o UNODC (2010) não registrou uma unificação na obtenção desse dados, logo são provenientes de bases distintas como a justiça criminal e dos órgãos de saúde.

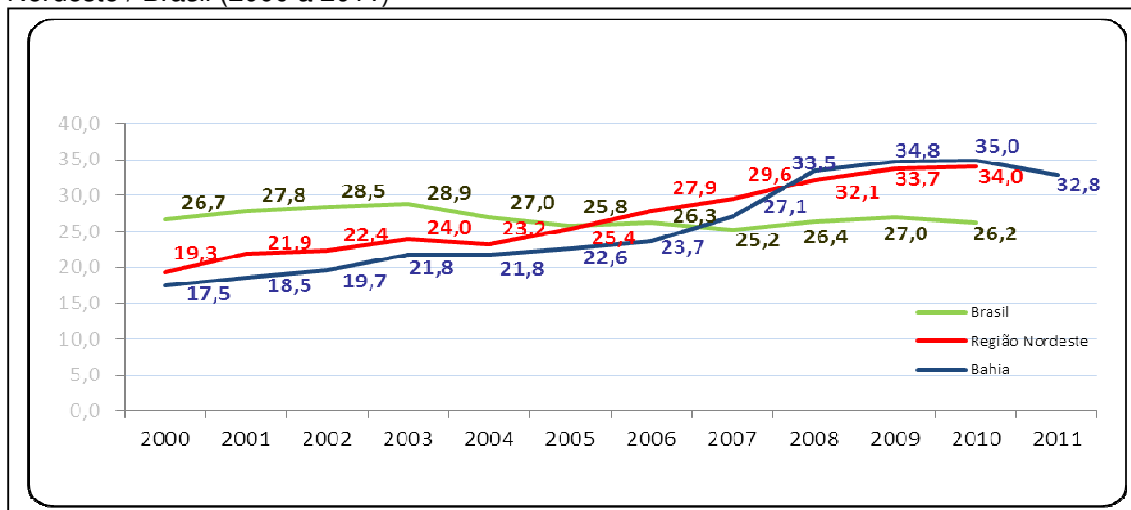
Figura 6 – Avaliação da Justiça Criminal sobre Homicídios nos Continentes



Fonte: UNODC (2010).

¹¹ Segundo Costa Gomes (2005), corresponde a uma das componentes da criminalidade moderna, caracteriza-se pela: transfiguração em atividade constante e repetitiva, diária, repetitiva e de certa forma organizada, semelhante às empresas, onde aqueles que exercem funções executivas são chamados de gerentes.

Gráfico 4 - Taxa de homicídios dolosos por grupos de 100 mil habitantes - Análise Bahia / Nordeste / Brasil (2000 a 2011)



Fonte: SSP-BA / Mapa da Violência 2012.

O número de casos de homicídios dolosos por grupo de cem mil habitantes no Brasil, período de 2000 á 2011, possui crescimento até o ano de 2003, com aumento da taxa em torno de 5% ao ano, onde, a partir de 2004, há uma reversão do comportamento com decréscimo, quedas de 5,2% em relação a 2003 e a lógica de aumento contínuo, como podemos observar no gráfico 4. Acredita Waiselfish (2010) que as políticas de desarmamento da população iniciada 2003, com medidas coercitivas de enfrentamento ao uso indevido das armas de fogo, seja uma co-responsável pela contínua diminuição da taxa de homicídios, porque as mudanças dos padrões da atividade de fiscalização do poder público criminalizou a utilização incorreta e criou órgãos específicos de fiscalização e controle de armas.

O crescimento histórico para região NE do Brasil notado no gráfico 4, teve uma variação média de 2,7% do período de 2000 a 2008, possuindo um aumento substancial no número de casos, saindo 29,6 para 32,1 homicídios em média anual por grupo de cem mil habitantes, a partir de 2008, mudando o padrão de evolução das taxas anuais com o aumento de cifras até 2010. Nota-se também que, em dez anos a taxa média anual de homicídios dos estados do NE esteve maior que a média nacional, entre os anos 2006 e 2010, período que também houve intensificação das práticas de investigação científica para coletar os dados referentes a homicídios no Brasil, incluindo as subnotificações anteriormente não registradas na região NE por disparidades dos dados do DATASUS e dos boletins de ocorrência policial (WAISELFISH, 2012).

Pode-se avaliar, conforme Waiselfish (2010), que nas demais regiões do país houve elevação dos números de homicídios dolosos, principalmente no tocante a variação anual no período de 2008 a 2009, com patamares maiores que impactaram a média nacional que passou a ser de 27,0 homicídios dolosos por cem mil habitantes conforme também o gráfico 4, herança histórica de duas décadas, segundo o registro de Silva (2010) apud Kahn (2002), que analisam o comportamento violento no Brasil, argumentando que, em meado da década de 80, as taxas fugiram ao controle da população brasileira.

Segundo o IBGE (2010), a concentração populacional na grande metrópole nacional, São Paulo, seguido de Brasília e Rio de Janeiro, em sua densidade juntas somam o maior povoamento do país, logo o comportamento das mortes por causas externas nos anos de 2005 a 2009, concentra-se em maior somatório, sugerindo a sobreposição nestes estados brasileiros de alta incidências em relação as demais unidades federativas brasileiras, não havendo dispersão no números de casos homicídios por outros estados brasileiros que suplantem essa média no mesmo período. Registra-se a modificação do quadro pelo estado de SP que passou ao terceiro lugar do país em 2010 em menores cifras de taxa de homicídios por cem mil, tal condição pode ser acompanhada pela mudança do padrões de atuação da Segurança Pública do estado com modernização das polícias, aumento das taxas de encarceramento, investimento em políticas preventivas e o decréscimo da população juvenil em situações de risco e vulnerabilidade de massa (CRUZ, 2010; DATASUS, 2011; MINAYO, 2009; WAISELFISH, 2012).

Considerando que os registros de números de casos de mortes por causas externas analisados da afirmação do parágrafo anterior, correspondem aos da metodologia do DATASUS de referência ao Código Internacional de Doenças (CID – 10), nas categorias X85 e Y09 (Agressões), classificação internacional da OMS, portanto permite comparações, inclusive com outros países, e, tratam-se de registros feitos nos órgãos de saúde do país, independentes da localidade de ocorrência (hospital, logradouro ou domicílio, por exemplo) de homicídios dolosos. Observa-se a repetição do fenômeno do homicídio como um evento isolado, mas com grande incidência em espaços geográficos, que coincidem com os estados onde a área de urbanizada é maior que 98% da ocupação territorial populacional (DATASUS, 2011; MINAYO, 2009; SSP-BA, 2012; WAISELFISH, 2007).

As relações entre espaço urbano e criminalidade podem ser verificadas devido ao ocorrências, por suas características, são quantificadas dentro do perímetro urbano, com questões atreladas à condição para altíssima representação populacional. Podemos citar para o ano de 2010 que cinco estados brasileiros somados (SP, RJ, BA, MG e PE) possuem a maior representatividade as unidades federativas brasileiras de demografia urbana, correspondem juntos a 44,37 % da população urbana, somam estes estados para o período o maior números de mortes por causas externas. O aglomerado urbano, amotina-se provocando verdadeiros inchaços nos espaços urbanos, com elevação da densidade demográfica, intensificando as relações sociobiogênicas, suscetibilizando as relações conflituosas, interação recorrente do descompasso urbano promovidos pela economia urbana crescente, em detrimento as zonas rurais e dos mecanismo de motomecanização do campo incentivando o êxodo rural (DATASUS, 2011; GOTTDIENER, 2010; WAISELFISH, 2012).

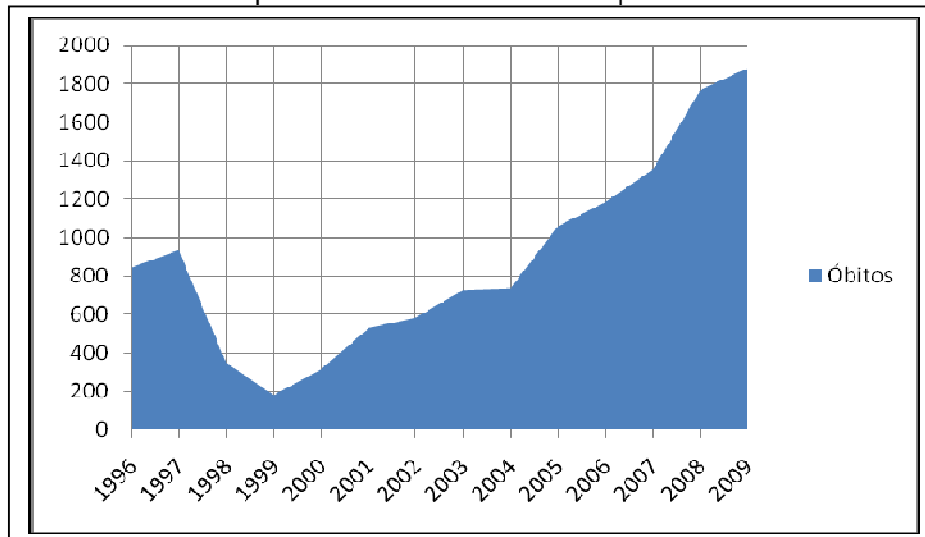
A Bahia, em que suas cidades passaram por um processo de urbanização rápido, possui grande concentração populacional urbana, e segundo Pedrão (2002) apresenta desigualdade de renda, pobreza extremada, contravenção, violência e forma espúria de poder. Observa-se que o comportamento da taxa de homicídios dolosos por grupo de cem mil na BA, conforme o gráfico 4, houve um contínuo crescimento entre 2000 e 2006, com um aumento de números de casos em torno de 12% ao ano, embora Silva (2010) descreve que as categorias de outros crimes tenha havido neste mesmo período verificado redução, inclusive os homicídios culposos¹², porem o número de homicídios dolosos por cem mil acentua-se em 2007 com um intervalo de crescimento até 2010, possuindo uma discreta redução em 2011 (SSP-BA, 2012; WAISELFISH, 2012).

Para Silva (2010), a aumento dos homicídios dolosos, a partir de 2006, fora significativamente maior que a taxa de crescimento populacional, tomando por base o ano de 2004 e estendendo-se a 2009. Nota-se que, nesta razão, houve um aumento substancial de 58,8% do número de casos acredita o mesmo autor, que a atividade predatória ou a agressividade tenha se registrado com grande ênfase no Estado. O crescimento anual na ordem de 6% demonstra a ausência de sinais para

¹² Segundo o Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940), tipifica como sendo matar alguém, porém sem a intenção do agente em agir. Pode ser determinado, também, através do grau de culpabilidade e ação por imprudência, negligência ou imperícia.

o decréscimo, a espacialidade proliferada dos delitos faz com que as cidades centrais da Bahia fiquem evidenciadas pelo número de registros, principalmente o número de casos de homicídios dolosos observados no Gráfico 5 na RMS.

Gráfico 5 – Mortes por causas externas na RMS período de 1996 a 2009



Fonte: DATASUS (2011).

Percebe-se, no gráfico 5, a influência entre o aumento populacional na RMS e a quantidade de óbitos por causas externas, e, ao analisar a incidência maior de homicídios dolosos do período 2005 a 2009, nota-se o aumento substancial no número de casos, média de aumento anual de 27,32%, aliado aos aspectos ligados à taxa de crescimento urbano, já anteriormente discutida, de média de 1,87% por ano nos períodos intercensitários (IBGE, 2011), e com a divisão das UDHS (PNUD/ONU, 2006) a investigação científica sobre a elevação dos números de homicídios na RMS pode recorrer a intersectorialidade dos aspectos sociais e criminológicos que interpolam qualitativamente no espaço urbano produzindo e reproduzindo suas relações (DATASUS, 2011; IBGE, 2010; PNUD/ONU, 2006; SILVA, 2010).

Segundo Silva (2007), principalmente a cidade de SSA tornou-se mais violenta a partir de 1994, com o aumento do número de casos de roubos¹³, motivação sucessiva para o aumento do emprego da violência física, e, conseqüentemente, os crimes letais, distribuídos nas diversas localidades da RMS

¹³ Segundo o Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940) define-se por subtração de coisa alheia móvel mediante violência ou grave ameaça.

adensamento populacional com a criminalidade, mas conhecer que a complexidade do quantitativo da populacional, relacionados com a oferta e demanda de oportunidades, e o acentuado nível de exclusão, tornar-se um condicionante atrativo para criminalidade (IBGE, 2008; SANTOS, 2004; SILVA, 2010).

3.1 ESTRUTURA ESPACIAL DA SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL E BAHIA/SALVADOR

A estrutura espacial da Segurança Pública no Brasil obedece ao hibridismo histórico, tendo na dicotomia policial dos estados federativos (Militar e Civil), a formação do principal aparelho de defesa social da atualidade.

É intrigante acreditar, mas etimologicamente a palavra polícia tem origem de *politeia*, que surge juntamente com a Cidade-Estado grega entre os séculos VIII e VII a. C. Percebe-se a interação entre polícia e cidade desde a sua raiz, a terminologia *pólis*, reporta-se a uma instituição específica, as cidades, e sua ação em manter a sua unidade, o governo, que no exercício de sua garantia e soberania, instituiu normas para regular condutas. Com isso emergiu a necessidade de agentes específicos fiscalizadores do ordenamento, que em funções distintas, promoveram o escalonamento das autoridades, para as atribuições administrativas, judiciárias, governantes e legisladores, e aqueles relacionados à fiscalização do cumprimento das regras, à polícia (MONET, 2001).

Essas funções de polícia seguiram historicamente, tanto na Idade Clássica quanto na Idade Média, e no século XIX o desdobramento das atividades policiais houve maior especificidade, reduzindo a abrangência de suas atividades, passando a preocupar-se com as inquietações de alteração da ordem pública, entendidas como mudanças de pensamentos ideológicos contrários à classe dominante, nisto estava inclusa as ações ameaçadoras da integridade física e do direito à propriedade. A nova concepção afasta a polícia do gerenciamento da cidade vinculando suas funções para a ordem e a segurança pública, quais tornam a função de policiar uma artéria do governo e poder constituído, afastando-a do auxílio com a resolução da problemática das cidades, deixando-a exclusiva em funções de intervenção nas injúrias do ordenamento social (BOBIO; MATTEUCI; PASQUINO, 1995).

Para a fase Moderna, as atribuições policiais confundiram-se com as questões das guerras, tornou-se dentro do regime absolutista um instrumento de manutenção do poder constituído, salvaguardando as questões de Estado, para isso denominada de “Guardas Nacionais”, verdadeiros exércitos que, em tempo de paz, mantinham as questões de controle da sociedade, porém instados à guerra, era convocados para as suas formações e conquistas. Traduz Monet (2001) que nas colônias, por exemplo, o Brasil, nos primeiros momentos a ação policial e judicial era exercida arbitrariamente pelos Governadores-gerais, com apoio dos donatários das Capitanias hereditárias, *os quadrilheiros* faziam parte do corpo policial, como acontecia na metrópole, Portugal, tinham a função de combater os assaltos nas estradas lusas. Com a chegada da família Real em 1808, em maio do mesmo ano D. João VI criou a *Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado Geral do Brasil*, neste Alvará instituiu o organismo que tinha a função de polícia judiciária, encarregando-se dos processos criminais, fato que foi modificado em 1809 com a criação da *Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro*, que Hollway (1997) no Decreto Real de criação transcreve:

Sendo de absoluta necessidade prover a segurança e tranqüilidade pública desta cidade, cuja população e tráfego têm crescido consideravelmente, e se aumentará todos os dias pela afluência de negócios inseparáveis das grandes Capitais; e havendo mostrado a experiência que o estabelecimento de uma Guarda Militar de Polícia é o mais próprio não só para o sossego público, mas ainda para obstar as danosas especulações de contrabando, que nenhuma outra providência, nem a mais rigorosa das leis proibitivas têm podido coibir; sou servido criar uma Divisão Militar da Guarda Real de Polícia desta Corte, com a possível semelhança daquela que tão reconhecidas vantagens estabeleci em Lisboa. (HOLLWAY, 2011).

Com esse aspecto, a atividade de polícia assumiu a função de patrulhamento ostensivo feito na Capitania do Rio de Janeiro, surgiu à dupla subordinação do aparelho policial brasileiro, de uma parte o Intendente Geral de Polícia e de outra o Governador das Armas da Corte (Comandante do Exército). Nesta lógica, o dualismo policialesco brasileiro encontra segmentos, um com características civis responsável pela assistência tipicamente judiciária, de investigar os fatos e constituir os processos, e a outra polícia com características militares, destinada a realizar o patrulhamento de forma ostensiva nas ruas, garantindo a permanência do que se entendia por ordem pública (HOLLWAY, 1997).

As manifestações de Independência do Brasil contribuíram decisivamente para as formações dos chamados “Corpos de Guardas Municipais”, que em 1831 foram individualizados nas Províncias do Império. No caso específico da Bahia, pioneira em 1825, a guarda origina-se por dissolução do 3º Batalhão dos Periquitos, e passa a exercer o patrulhamento da cidade, obtendo ao logo de sua constituição, outras nove denominações, adotando em 1946 a de “*Polícia Militar do Estado da Bahia*”, qual sofreu apenas a variação de nomenclatura, excluindo a palavra “*Estado*”, permanecendo assim até a atualidade. Essa historiografia reflete sobre as maiores instituições policiais em contingente e desdobramento territorial brasileiro, as polícias militares, que desde a sua origem, mostram-se atender, aos interesses econômicos da “*Corte*” e as necessidades de supremacia do Estado, guardada a evolução histórica e legado cultural á época (SANTANA, 1997).

Por essa gênese, a atividade de polícia ao longo dos anos, tornou-se uma extensão da Segurança Nacional, com atuação repressiva que fez da utilização do instrumento da força, o caminho, talvez único, de conter a criminalidade. Nesse período, a vigilância tornou-se a modalidade necessária para atividade policial, acreditando-se que as ruas vigiadas impediriam à consecução dos crimes, isso perdurou mesmo depois da organização da república, permitiu a atividade de polícia funcionar como operadora do monopólio da força legítima do Estado, e buscar desprender-se da estrutura de classes e expressão coletiva, para viabilizar atender o bloco do poder, como acontece em todas as formas de Estado (HUGGINS, 1998; PINHEIRO, 1998; SILVA, 2010).

Com o neoliberalismo, após o regime de exceção, a democracia e a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88), trouxe a observância da violência decorrente da criminalidade com análise mais efetiva, e alguns anos seguintes de coube à adequação para a nova missão estabelecida aos órgãos de Segurança Pública do país, a de “*Preservar a Ordem Pública*”. O texto não esclarece o que vem a ser “Segurança Pública”, resume-se à condição de garantia de direitos, aplicando-os genericamente ao conjunto de ações necessárias para efetivação da lei e da ordem, a ausência de extrapolação conceitual deixou de delimitar as noções territoriais e sua fundamentação de atuação no espaço público (BRASIL, 1988; COSTA GOMES, 2005).

Outra vertente refere-se ao recrudescimento da violência no país, com esta problemática, houve mudanças viscerais nas instituições policiais brasileiras,

ampliando-se a necessidade de implantação de políticas públicas federais de segurança pública, com efetividade em todo território. Em 1995, com a criação da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), traduzida por Stein (2007, p.30) como resposta contingencial aos problemas diversificados por todo o país, levou à rediscussão sobre território, identificando-se com o proposto por Raffesin (1983) que diz: a noção de território tem relação com o poder, e se define como “campo de força, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam no espaço”, logo a SENASP, enquanto política para o fenômeno da segurança pública, objetiva prover à proteção da cidadania no território, e para isso cria ações estruturantes que servem de base para redistribuição dos processos nos espaços de insegurança pública de todo o país (COSTA GOMES, 2005).

Num território desigual, o cenário brasileiro das ações da segurança pública, são apenas corretivas do sistema e não conseguem evitar a vitimização, nota-se que a necessidade de proteção torna-se mais presente, ainda que a CF/88 em seu art. 6º, prevejam os direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, entre outros, estes não são assegurados na plenitude ao cidadão. A própria ausência do Estado Social mantém a visibilidade das desigualdades entre as camadas sociais, aumentam a descoesão¹⁴ do território, e nos locais de alta vulnerabilidade, conseqüentemente, a instalação da criminalidade, diferente de outros países que o cumprimento das funções sociais, faz do emprego dos órgãos da segurança pública em situações excepcionais (BRASIL, 1988; COSTA GOMES, 2005; GRECO, 2009).

Sabe-se do direito de acesso irrestrito ao território pelo cidadão brasileiro, garantido pela CF/88, segundo Costa Gomes (2005) esse instituto nega a oportunidade de instalação da atividade criminosa, essa medida pró-ativa constitucional, provoca a inexistência da “acostumação” da atividade delituosa em áreas carentes, principalmente entre crianças e adolescentes, que com a livre circulação intensifica a vigilância e o acompanhamento de suas atitudes. Com isso, o papel das polícias (Militar e Civil), em todo tempo passa a ser repensado, com planejamento geral em segurança pública com o alinhamento de políticas estaduais a preceitos federais, e estratégias nacionais e regionais para o enfrentamento das

¹⁴ Segundo Costa Gomes (2008) corresponde à fragmentação resultante dos efeitos de disjunção entre nação, economia e sociedade inerentes à condição histórica de periferia e expansão capitalista, acelerada pela subordinação à globalização hegemônica pelo capital financeiro.

problemáticas recorrentes em segurança pública, sobretudo com a população jovem¹⁵ que com a tutela legal passa a tornar-se alvo por questões, sobretudo de inimputabilidade.

As funções de segurança pública definida no art. 144^a da CF/88 tratam das polícias federais, civil e militar. Para as responsabilidades do governo federal compete apurar as infrações penais contra a ordem social e política de interesse da União, bem como delitos de repercussão interestadual ou internacional, mais tráfico de entorpecentes e crime fazendário, mais rodovias e ferrovias federais; a Polícia Civil segundo Feitoza (2009) órgão constituído em apoio à ação penal, antecede toda parte de investigação judiciária, e apuração das infrações penais; a Polícia Militar tem competência ampla, argumenta Lazzarini (1996), que na preservação da ordem pública, engloba a atuação específica dos demais órgãos, se constituindo por força pública da sociedade (BRASIL, 1988).

A estrutura dos órgãos estaduais de segurança pública (policiais civis e militares) possui desdobramento físico-espacial, e sua funcionalidade estão dispostas em territórios, quais lhes atribuem responsabilidades e competências constitucionais, delimitações justapostas a esse fim, quais implicam no próprio conceito da segurança pública da SENASP que versa:

A Segurança Pública é uma atividade pertinente aos órgãos estatais e à comunidade como um todo, realizada com o fito de proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, efetivas ou potenciais, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei. (SENASP, 1995).

Senão, temos no Brasil a distribuição espacial equilibrada em condições de vida, incorrendo nas injustiças sociais e na insegurança pública, consideremos difícil a tarefa de exercer o direito alheio, em relação a proteção individual e coletiva, mesmo que tal assertiva faça escopo jurídico num país considerando democrático de direito. Com isso, apropriando-se do conceito da SENASP no tocante a interação do estado e sociedade, nota-se a responsabilidade territorial das instituições policiais, que no seu exercício laborativo do controle social, acompanham a

¹⁵ Segundo a Organização Pan-americana da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OPS/OMS), a adolescência e juventude se diferenciariam pelas suas especificidades fisiológicas, psicológicas e sociológicas. Para a OPS/OMS a adolescência constitui um processo fundamentalmente biológico durante o qual se acelera o desenvolvimento cognitivo e a estruturação da personalidade. Abrange as idades de 10 a 19 anos, divididas nas etapas de pré-adolescência (de 10 a 14 anos) e de adolescência propriamente dita (de 15 a 19 anos).

complexidade desestruturante da crise capitalista e da ingovernabilidade do consumo desenfreado nas sociedades brasileiras (COSTA, 2005; COSTA GOMES, 2005).

O Brasil, com 26 estados-membros e 01 Distrito Federal, tem nos organismos policiais regionalidades, especificidades e heterogeneidade nos aspectos do trabalho policial, essas diferenças passam a ser norteadoras da inserção democrática da estrutura policial nas relações de produção do espaço urbano. Segundo Bittner (2003), a distribuição ecológica da atividade policial está concentrada no nível de emprego das instituições e nos termos das orientações policiais para atuação, observa-se, neste aspecto, o quanto de preconceito público, condição marcante numa sociedade com segregação socioeconômica, onde os benefícios da extensa supervisão policial pertencem a determinados grupos, os mais abastados, que no Brasil, a distância entre as classes direciona o direito à proteção para quem o indivíduo é não o que ele faz (HUGGINS, 1998; COSTA, 2005).

Nesse pensamento, há necessidade de novas políticas, passando da natureza estatal para intersetorial, de responsabilidade dos municípios, onde a carência de profissionais habilitados que integre várias áreas, nisto às esferas municipais, agem isoladamente, as secretarias possuem organizações segmentadas, cuida de cada uma do setor governamental, motivo das lacunas para informações cruciais ao aparelho da segurança pública de atuação nos limites dos territórios. Evidencia-se que o Município é uma esfera do Poder Público isenta de alcance jurídico para os crimes contra a pessoa e patrimônio, urge de reforma com inclusão na esfera municipal de atuação no território para a estrutura da segurança pública que contemple além dos Parques, Jardins e instalações dos próprios municípios realizadas, quando existente, por suas guardas municipais, exemplo a do município de Salvador-BA (COSTA GOMES, 2005; SOARES, 2006).

Criada em 07 de dezembro de 2007, através das Leis n.º 4.992/1995 e 7.236/2007, nos termos do Art. 252 da Lei Orgânica de Salvador, combinado com o § 8º do Art. 144 da Constituição Federal, a Guarda Municipal de Salvador é uma autarquia subordinada à SESP (Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Prevenção à Violência). As operações de funcionamento da Guarda Municipal foram iniciadas a partir do mês de julho de 2008, com a missão precípua de manutenção da incolumidade do patrimônio e equipamentos públicos, sem olvidar da proteção do

patrimônio ecológico, cultural e arquitetônico do município (SALVADOR, 1995; SALVADOR, 2007; BRASIL, 1988).

Na Bahia, as autoridades governamentais instituíram a divisão físico-espacial para estudo do comportamento da criminalidade, as chamadas “Áreas Integradas de Segurança Pública” (AISP), que formam o Sistema Estadual da Segurança Pública, composto pela Polícia Civil da Bahia (PC) e Polícia Militar da Bahia (PMBA) e funciona com acompanhamento dos registros de ocorrências junto ao aparelho da Secretaria da Segurança Pública da Bahia (SSP-BA) e coordenação das ações das polícias judiciária e ostensiva através da gestão e monitoramento dos Crimes Violentos contra o Patrimônio¹⁶ (CVP) e os Crimes Violentos Letais Intencionais¹⁷ (CVLI), variáveis analisadas por dispersão no espaço urbano, incluindo à RMS e interior do estado (BAHIA, 2010).

As análises de CVLI e CVP fazem parte da informação georeferenciada das distribuições espaciais do estudo de comportamento dos crimes violentos e passa instrumentalizar as ações estruturais com os escalões superiores da segurança pública, conforme indica o Plano Estadual de Segurança Pública da Bahia (PLANESP), previsto para o exercício entre 2012 e 2015. A tendência crescente das modalidades delituosas de CVLI e CVP carece de uma reversão, inclina para a necessidade de estabilidade com outras regiões, sobretudo NE, como análise transversal para os demais estados. Para isso, criou-se um Comitê Executivo Gestor que faz acompanhamento periódico e estudo de redução de violência (BAHIA, 2011).

Esse novo modelo inclui temáticas transversais com outros entes governamentais, que em sua área de conhecimento montam uma recente estrutura de discussão sobre segurança pública na Bahia, passam a desenvolver estudos em 05 (cinco) eixos de áreas do conhecimento: Segurança Pública, Prevenção social, enfrentamento do crack e outras drogas, administração prisional e articulação com outros poderes (BAHIA, 2011).

¹⁶ Segundo a SSP-BA (2011), os crimes violentos contra o patrimônio: são os crimes que atentam contra a propriedade material (roubo, roubo a mão armada, roubo seguido de morte, roubo de veículo e extorsão mediante sequestro).

¹⁷ Segundo a SSP-BA (2011), os crimes violentos letais intencionais são crimes contra a vida com intenção de matar. Casos de homicídio doloso, roubo seguido de morte (latrocínio) e lesão corporal seguida de morte.

Figura 8 – Mapa das Áreas Integradas da Segurança Pública da RMS



Fonte: OSPBA¹⁸ (2011).

3.2 ESPAÇOS URBANOS SEGUROS

A lógica da proteção urbana no século XX incorpora estratégias espaciais visando à segurança pública, experiência urbana adotada em diversos países sob a

¹⁸ Órgão de pesquisa científica que visa acompanhar a evolução, o comportamento ou o funcionamento da Segurança Pública e fazer ver; advertir; notar; verificar o que se julgar inadequado, e naturalmente, para isto, também, fazer ver; advertir; notar; verificar o que se julgar adequado em um determinado território.

tutela da “Segurança Cidadã¹⁹”. Relata as intervenções físicas efetuadas no tecido urbano, especialmente voltada para as populações de baixa renda, e introduz a visão socioambiental que focaliza o “espaço” não apenas como local de delito, mas um conjunto de componentes que condicionam a ampliação do grau de segurança dos assentamentos urbanos (BRASIL, 2007; COMPANS; SOUZA, 2009).

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) instituído pela lei 11530/07, em face de institucionalizar um instrumental demandante da falta de segurança do país, buscou programar uma série de medidas finalísticas a redução da violência no Brasil. Baseando-se no princípio que a segurança é manifesta em “Espaços Urbanos Seguros” (EUS), e não apenas na atuação dos organismos policiais, tal idéia exprime a inserção do cidadão em práticas de proteção da coletividade, e mostra a condicionante “desenho urbano²⁰”, capaz de orientar a prevenção criminal e atuar com menos repressão e mais respeito aos Direitos Humanos (BRASIL, 2007).

Embora a intenção no Brasil seja de intervenção socioespacial nos locais de baixa renda, priorizando ações em regiões metropolitanas de altos níveis de criminalidade, a experiência internacional do modelo de segurança nos espaços urbanos não esgota nesta mesma perspectiva, volta-se para um redesenho urbano com discriminação positiva (COMPANS; SOUZA, 2009; CASTEL, 2008; BRASIL, 2007).

Dentro do costumeiro, a utilização dos espaços urbanos públicos tem sido restrita ao trânsito de pessoas, e suas funções sociais, culturais, cívicas e econômicas, vinculam-se ao ambiente privado, a razão preeminente disto surge da análise que a permanência nesses locais, tem trazido risco e insegurança à população, contribui para as dificuldades do desenvolvimento social, e corrobora para a “crise urbana” que em ordem complexa e profunda desestrutura todos os níveis escalares sociais (SOUZA, 2000; BRASIL, 2007).

O diagnóstico para implementar os EUS depende de estratégias para a análise ambiental, logo partindo das considerações conceituais, o PRONASCI, em sua ação 59-PI 3006 A, diz o que:

¹⁹ Segundo Costa Gomes (2008b), diz respeito a moderna gestão pública aponta para a transparência das ações decorrentes das políticas públicas como forma de garantir o apoio e a proatividade da sociedade civil a consecução dos seus objetivos.

²⁰ Segundo Mascaró (1989), corresponde ao resultado da produção voluntária do espaço, pela qual todos os indivíduos relacionados com ele, deixam sua marca e contribuição, obedecendo, claro, os métodos e regras impostas pelos governantes.

Espaços Urbanos Seguros são ambientes públicos planejados, projetados e administrados de forma participativa com vistas a reduzir a incidência de delitos e da violência, aumentar a sensação de segurança das pessoas que o utilizam, bem como a sua permanência no local e a apropriação da comunidade para atividades de convivência, melhorando, assim, a qualidade de vida da população. (BRASIL, 2007).

Assim, mobilizar ferramentas para que os espaços onde tenham encontro e circulação de pessoas sejam locais habilitados para a vigilância natural²¹, deverá estar associado a planejamentos que incidam na cultura de paz, ressignificando as relações sociais com a comunidade. O reflexo dessa conceituação insere a participação popular no planejamento, fiscalização e administração dos ambientes públicos, como desafio inclusivo de enfretamento preventivo às questões dos delitos e da violência, sobretudo a urbana²² na objetivação em reduzir danos.

A doutrina de EUS objetiva a minorar violência e criminalidade em espaços urbanos, quais busquem propiciar a segurança e a convivência pacífica. A ação se dá por meio de medidas pró-ativas de recuperação, que ocorrem em áreas degradadas, ambientes onde os equipamentos públicos não asseguram à população o direito à locomoção, art. 6^{da} CF/88, com convivência comunitária e acesso às garantias sociais, com o fim de torná-los alcançável a outras políticas públicas (BRASIL, 1988; BRASIL, 2007; COMPANS; SOUZA, 2009).

Há, também, o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento e o protagonismo da comunidade na atuação social, os atores de cada localidade passam a interagir com os órgãos públicos, no fortalecimento das redes sociais e busca de um ambiente com diversidade. Em locais fragilizados pela ausência do Estado Social, o envolvimento participativo promove a capacitação e visa à preparação dos membros locais na programação das etapas dos EUS, com sustentabilidade, e conhecendo as necessidades específicas locais para a construção de um novo espaço relacional das atividades das comunitárias (COMPANS; SOUZA, 2009).

²¹ Segundo Compans e Souza (2009), corresponde à capacidade de uma pessoa e/ou grupo transmitir ao delinquente a sensação de estar sendo vigiado.

²² Segundo Pinheiro (1998), diz respeito a um conjunto de crimes que traz o espaço urbano como sítio de acontecimento para o uso ou emprego da força física intencional contra alguém, neste caso, refere-se ao ser humano.

O ambiente desestruturado exige uma metodologia que aplicada pretende revelar o tripé que caracteriza os “delitos de oportunidades²³”, interferindo e alterando o desenho urbano, tornando-o desfavorável ao cometimento de delitos, aumentando a confiança e segurança local. Com isso, as melhorias empreendedoras de valorização dos espaços comuns são facilitadoras do controle natural de acesso, permitem a implantação de políticas de parcerias (Estado e comunidade) e tornam-se imperativas para implementação da doutrina de EUS conforme o desenvolvido no Chile e Colômbia vanguarda da América Latina na prática do Crime Prevention Through Environmental Design²⁴ (CPTED), disponibilizada pelo Banco Mundial (SANTOS; SIQUEIRA; MARANHÃO, 2004).

A adesão comunitária participativa como pressuposto a metodologia do EUS implica na moderna gestão pública, com atitudes transparente e inclusivas com a sociedade, esse aspecto reforça a tendência mundial de policiamento comunitário com prevenção criminal, a partir da intervenção da comunidade. O diagrama da figura 9 discute esse tripé, e reforça a importância comunitária em suas ações de segurança coletiva para adesão ao EUS, focando o espaço como instrumento de observação e defesa social (SKOLNICK; BAYLEY, 2002; SANTOS; SIQUEIRA; MARANHÃO, 2004).

Figura 9 – Diagrama do tripé para análise da implantação do EUS



Fonte: Santos, Siqueira e Maranhão (2004).

²³ Segundo Pease (2002), corresponde ao tipo de delito que por suas características, emerge da ação de agentes motivados, cujo o alvo trazem mais benefícios e menos custos.

²⁴ um conjunto de estratégias de prevenção da delinquência que buscam aumentar a confiança da comunidade e reduzir a percepção de temor, assim como os delitos de oportunidade no espaço urbano, dando uma ênfase especial à participação comunitária nos processos de gestão em nível local (SANTOS; SIQUEIRA; MARANHÃO, 2004).

No âmbito do planejamento urbano, a segurança comporta mudanças nas características físico-urbanistas obtendo um reflexo e adequação ao desenho urbano, partindo-se do pressuposto que os comportamentos humanos, individuais ou coletivos, acontecem nas configurações físicas do espaço, propondo formas ampliadoras do grau de segurança nos assentamentos humanos. A experiência carioca com os Jogos Pan-Americanos pode ser citada como um projeto de EUS em 2007, essa condição tivera sido resultante de um acordo firmado em 2003 entre a SENASP, PNUD na implantação do Projeto Segurança Cidadã em 2003 (BRASIL, 2007; CASTEL; 1983; CASTELLS, 2009; FOUCAULT, 2008).

Essas medidas não se tratam de “Boas Práticas”, tornam-se uma visão refinada da aplicação do sucesso em Bogotá, Colômbia, portanto não se constitui por uma invenção isolada, o EUS associa o espaço ao comportamento corporal, que os equipamentos urbanos podem ocultar, nas questões da segurança local e interferir na forma de empoderamento social. Afirma Foucault (2008) que a sociedade do controle se apoia fortemente na dimensão política, e se direciona em uma microfísica, qual assume o papel estratégico na estruturação do poder e do comportamento, por meio do mecanismo de persuasão, de vigilância e controle do Estado (COSTA, 2005; FOUCAULT, 2008).

Pode-se correlacionar a Escola de Chicago como marco inicial em conceito de EUS, pois funda a reflexão entre os cenários físicos-espaciais e os comportamentos psicossociais. Outros pensamentos lançaram base na confiança relacional como o capital de importância na promoção da segurança do espaço urbano (GOTTDIENER, 2010; RAU, 2003).

Neste argumento, a circulação de pessoas, torna-se uma condicionante a inibição dos delitos, para isso eixos são projetados no intento da agregação da vigilância pública, as desenvolvidas pelos órgãos governamentais, com a vigilância natural, que enquanto mecanismo provoca a ampliação da prevenção dos impactos do ato criminoso, evidenciando a possibilidade de denúncia. Dentro desta linha, três teorias são construídas por base no redesenho do território objetivando os EUS:

- a) A Teoria Espaços Urbanos Defensáveis (TEUD);
- b) A Teoria Situacional (TS);
- c) A Teoria da Sintaxe Espacial (TSE).

Para se ter TEUD, a premissa que o ambiente pode apresentar efeitos significativos sobre a delinquência e delinquente, seu precursor Oscar Newman, discorre que os atos de delinquência apoiavam-se em três elementos básicos: um delinquente provável; um alvo apropriado, e a ausência de dissuasão dentro do desenho espacial urbano (RAU, 2003).

Nos locais de alta incidência criminal, sobretudo em espaços periféricos, o surgimento das condutas antissociais está associado a três aspectos:

- a) Anonimato dos habitantes locais, normalmente em função do tamanho dos espaços;
- b) A falta de vigilância natural, principalmente no interior das habitações;
- c) Inexistência de rotas disponíveis no desenho urbano que permitam a clareza e visibilidade com pertencimento ao território.

A técnica de espaços defensáveis busca uma configuração dos espaços públicos e privados na noção de um território que protege os detentores da posse da conduta indesejável de outros, remete a relações de alteridade, identidade e formas de gestão e apropriação do espaço pela população, atribuindo ao indivíduo morador o papel ativo na defesa de seu território e suas delimitações entre o comum e o particular (RAU, 2003).

Na TS, os pensadores lançaram as sementes das técnicas de CPTED, em sua concepção estaria voltada a eliminação de delitos cometidos pela população jovem, e sustenta seus pilares no que a própria teoria chama de “oportunidades”, destaca os pilares necessários à reflexão da segurança: a figura do delinquente, a vítima da situação e a ideia em os delitos ocorrem nos espaços facilitados pela oportunidade de localização (ambiente favorável).

Segundo Rau (2003), a TS/CPTED dispõe de ferramentas que tratam de quatro aspectos:

- a) Controle natural de acessos;
- b) Vigilância Natural;
- c) Manutenção dos espaços urbanos;
- d) Reforço territorial.

A implantação do TS/CPTED necessariamente vincula a visualização dos estranhos acessos ao não pertencimento ao território, prevenindo condutas indesejáveis principalmente por desconhecidos, entre outros desvinculados com a comunidade/espço. Por essa condição, a vigilância coletiva, observação contínua dos fenômenos de alteração da ordem, intensifica a identificação dos pontos sensíveis à instalação da criminalidade, incentivando a discussão comunitária dos problemas definidos; para isso o cuidado com os planos de manejo, jardinagem, de limpeza e manutenção geral dos espaços públicos, deixam o relativamente território indisponível a práticas criminosas agravadas pelas características locais; a conscientização de práticas seguras em ambientes inseguros, quais conduzem a uma atitude de segurança, difundida e reforçada com a população residente (RAU, 2003).

A TSE foi desenvolvida a partir da década de 70 em Londres e questiona as relações de sociabilidade promovidas pela configuração do espaço construído, e posteriormente integra a segurança como componente, mas “sintática” essa reinserção da proteção junto ao espaço, pode-se verificar a partir da acessibilidade de pedestre e/ou veículos e a conexão do lugar com outras áreas da cidade, que condiciona o movimento de pessoas ou atividades em uma região ou espaço urbano.

Essa teoria prioriza os espaços de “encontros” ao verificar que são potencializados por acesso comuns, rastreáveis e de integração de corpos, movimentos e comunicação entre pessoas. Podem-se denominar esses pontos comuns como “comunidade virtual”, por condicionarem a presença de muitos num mesmo espaço, tornam-se um bom instrumento para o estudo de crimes urbanos por três razões:

- a) Identificar as potencialidades de movimentos de uma configuração urbana;
- b) Identificar os padrões de crimes dentro de uma área distinta ou mesma área;
- c) Quantificar as variáveis espaciais, assim como as variáveis sociais e econômicas consideradas e delimitadas.

Observa-se que, partindo do particular para o geral, a TSE, assim como as outras, integra o estudo para os EUS na sociedade, identificando, a partir variáveis, fatores desencadeadores do comportamento criminal no espaço urbano, possuindo por objeto de observação as interações em pontos específicos, em que a própria configuração do desenho urbano mostre na estrutura como poligonal de limite, e sua respectiva suscetibilidade ambiental favorável ao cometimento de delitos numa comunidade (COMPANS; SOUZA, 2009; RAU, 2003).

4 A COMUNIDADE DO CALABAR

Figura 10 – Bairro do Calabar



Fonte: CONDER (2011).

A cidade de Salvador possui diversos bairros e comunidades com características bem distintas, alguns apresentam peculiaridades de verdadeiras cidades (Cajazeiras, Mussurunga, por exemplo), outros como o Calabar conseguem estar inseridos numa delimitação geográfica pequena, com limites bem definidos e entre outras particularidades situar-se no núcleo central da cidade, ter produção social e forte adensamento populacional (SANTOS et al, 2010).

O bairro do Calabar caracteriza-se por uma dimensão físico territorial de 0,15% do correspondente à área de SSA, possui um perímetro de 5,4 km, e cerca de 1.708 domicílios (particulares permanentes), com densidade demográfica de 439,90 hab/km², padrão de ocupação popular e residências situadas nas proximidades de encostas (CONDER, 2011; IBGE, 2011).

Contava o Calabar em 2000 com uma população de aproximadamente de 5.032, passando a 6.484 habitantes pelo censo de 2010, correspondendo a cerca de

0,12% da população de SSA, a localidade no período intercensitário obteve uma taxa de crescimento anual de 2,57%, concentrando em 2010 um total de 0,11% dos domicílios da cidade de SSA e sua morfologia urbana²⁵ corresponde a um enclave urbano de território entre os bairros do Jardim Apipema, Graça, Federação e Altos das Pombas (CONDER, 2011; IBGE, 2011; SANTOS et al, 2010; SILVA, 2010).

Comunidade antiga, o Calabar, com a nomenclatura de origem quilombola, reporta-se a historiografia do local como assentamento de refúgio dos negros escravizados e trazidos da região Norte da Nigéria conhecida por Kalabari, bem referenciada pelos descendentes da região africana, quem instituíra o nome Calabar a localidade. Acredita-se que os primeiros moradores urbanos alojaram-se por volta de 1940, a partir da expansão da cidade, e entre as décadas de 1970 e 1980, a comunidade sofreu adensamento populacional, fragmentando-se ao longo das encostas, aumentando os seus problemas estruturais preexistentes (SANTOS et al; CONCEIÇÃO, 1984; 2011).

Na primeira fase a ocupação do Calabar se deu de forma lenta e sem violência, não se constituiu inicialmente por processo de invasão, e sim, por outras formas, tais como: arrendamentos, parcelamentos e doações. A localidade vivenciou o período de modificações dos direitos civis, que caracterizou o início do século XX no Brasil, em que particulares poderiam propor um regime de enfiteuse²⁶ ao poder público, adquirindo imóveis ou arrendando terras públicas, que observada as contradições das relações sociais, associavam o domínio útil e a propriedade a um só proprietário, protegendo-o através do aparelho legal e fazendo então surgir à dualidade urbana entre o espaço público e o espaço privado (CAVALCANTI, 2001; ALMEIDA SOUZA; GUIDICE, 2000).

Encravada entre bairros nobres, a história da comunidade do Calabar é marcada no século XX pela resistência à expulsão dos residentes locais contra as empresas de especulação imobiliária, tendo no exemplo fatídico a história paralela de outras favelas-comunidades próximas destituídas, com moradores deslocados para outros lugares, como em 1960 a invasão “Bico de Ferro”, situada na Ondina,

²⁵ Segundo Del Rio (1990), a morfologia (urbana) é o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, e na sua produção e transformação no tempo, o estudo morfológico não se ocupa do processo de urbanização, quer dizer, do conjunto de fenômenos sociais, econômicos e outros, motores da urbanização.

²⁶ A enfiteuse deriva diretamente do arrendamento por prazo longo ou perpétuo de terras públicas a particulares, mediante a obrigação, por parte do adquirente (enfiteuta), de manter em bom estado o imóvel e efetuar o pagamento de uma pensão ou foro anual (vectigal), certo e invariável, em numerário ou espécie, ao senhorio direto, o proprietário (BRASIL, 2002).

desocupada e no local atualmente estão edificados hotéis luxuosos e cinco estrelas, tudo isso à época com intervenção do poder público municipal. Serve também de instrumento de registro histórico o acontecido com a comunidade de “Mirante”, outra favela-comunidade que fora desconstruída pela especulação imobiliária do BNH²⁷, tornou-se o atual bairro do Jardim Apipema (CAVALCANTI, 2001; SANTOS et al; CONCEIÇÃO, 1984; 2011).

Ainda na primeira metade do século XX, como resultado da Semana de Urbanismo de 1935, a Prefeitura Municipal de Salvador contratou vários estudos visando o planejamento futuro e o desenvolvimento urbano da cidade, e prevenir problemas, entre eles o da ocupação irregular do solo urbano. O Calabar inserido no contexto do processo de favelização de Salvador juntos com outras favelas-comunidades, incentivaram o poder público municipal a buscar o ordenamento do solo urbano, porém a legislação sobre moradia cabia a fiscalização da União, e trouxe como resultado à invasão de diversas terras municipais, levando o município a incorporar o problema, que sem a competência legal de coibição e nem recursos, revelou-se impotente em ordenar o solo urbano nesta crise de ocupação urbana (ALMEIDA SOUZA; GUIDICE, 2000; SUAREZ, 1995).

Com isso, houve a elaboração do primeiro plano sistemático, com diretrizes para localização e construção de habitações populares em Salvador, denominado – o Escritório do Plano Urbano da Cidade de Salvador – EPUCS (1943-1947) que era um planejamento de vanguarda, embora nunca concluído. Neste período em Salvador as relações sociais já configuravam dois espaços urbanos bem distintos, um o espaço formal, a parte da cidade regida pelas normativas urbanas que se diferencia por seu caráter de legalidade, e de outro o espaço informal, de morfologia própria e de respostas estruturais independentes do plano normativo, no qual se inseria à época a ocupação do Calabar e outras localidades da cidade (SUAREZ, 1995).

O censo de 1940, detectando que 57% das construções de domicílios tinha como alicerce madeira ou material semelhante, identificou o nível de pobreza da cidade de Salvador, contexto que fazia parte a favela do Calabar. A população urbana continuou a crescer devido ao fluxo migratório do interior em busca de

²⁷ O Banco Nacional da Habitação foi um banco público brasileiro voltado ao financiamento e à produção de empreendimentos imobiliários. Extinto em 1986 assumiu a função pública o Sistema Financeiro Habitacional da Caixa Econômica Federal, segundo a Lei 4380/64 e o Decreto-Lei 2.291/86 (BRASIL, 1964; BRASIL, 1986).

melhores condições de vida e emprego, circunstância que sugere contribuir para a formação das primeiras grandes invasões de terra, a exemplo de Pero Vaz e Alagados, acirrando a crise da ocupação urbana na cidade de Salvador (ALMEIDA SOUZA; GUIDICE, 2000; VASCONCELOS, 1995).

[...] Muito antes de a cidade presenciar as primeiras invasões coletivas de terrenos urbanos, a luta pelo espaço já fazia parte da realidade de Salvador. Durante toda a década de 40 e mesmo antes disso, os jornais da cidade se referiam à intensa proliferação de mocambos em terrenos de propriedade pública ou desconhecida. Até então se tratava apenas da construção ilegal de casebres, fato este que não chegou a causar maiores preocupações às autoridades municipais. Apenas no ano de 1940 se constatou uma política mais sistemática contra o crescimento desse tipo de habitação. Os argumentos eram em geral relativos à promiscuidade e a problemas de caráter estético determinado pelos mocambos. (MATTEDI, 1979, p.132).

No final da década de 40, segundo Mattedi (1979), surgiram os primeiros grandes conflitos abertos entre proprietários e poder público, de um lado, e favelados do outro, evidenciando à categoria de invasor como indicador de ocupação de áreas ociosas, também conhecidas por “mocambos”, que seriam a representação embrionária das invasões, tornando-se este tipo de ocupação, gradativamente comum para uma grande parte da população pobre, que na impossibilidade de outra alternativa, encontra a solução de moradia, na ocupação coletiva de terrenos ociosos, de propriedade alheia, pública ou privada, ou em terras devolutas.

Na segunda fase, a ocupação o Calabar já vivenciado no processo de favelização brasileira, caracterizou-se pelo processo de resistência e conquista palmo a palmo, tinha uma área de ocupação consolidada, que teve seus problemas agravados com a chegada de novas levas de moradores, entre as décadas de 70 e 80, em função do adensamento territorial que fragmentou o espaço ao longo das encostas (ALMEIDA SOUZA; GUIDICE, 2000).

Este período de maior densificação no Calabar várias famílias passaram a ocupar as áreas livres remanescentes, gerando a frequente subdivisão dos lotes originais das antigas ocupações, coincidiu com o período de maior fiscalização e repressão às invasões (1968-1979). Estas pequenas parcelas de lotes de ocupação passaram a ser comercializadas com outras famílias pobres, como forma de obtenção de renda extra, ou ainda, foram cedidas para outros membros da família

sem condição de acesso ao mercado formal de habitação (ALMEIDA SOUZA; GUIDICE, 2000).

Na década de 1970, iniciaram-se as primeiras manifestações da comunidade, marcando o início do processo da luta por uma política urbana de moradia. Nesta época, as páginas dos jornais, os noticiários policiais e a imprensa em geral, abriram espaço para a comunidade do Calabar e suas lideranças, enfocando os maiores problemas, tais como marginalidade, precariedade das habitações, saneamento, etc. Em 1977, a violência policial, fez o Calabar se levantar numa luta incansável contra o descaso do poder público. A comunidade pressionou a Prefeitura Municipal de Salvador, para realização de obras de habitação, saneamento básico, contenção de encostas, drenagem pluvial, mas a prioridade era a legalização das terras, sem as quais todas aquelas conquistas nada valeriam, sonho que persiste até os dias atuais (ALMEIDA SOUZA; GUIDICE, 2000; CONCEIÇÃO, 1984; 2011)

Os jovens Unidos do Calabar (JUC) assim denominados no mês de junho 1977, o grupo de adolescentes e adultos jovens, que iniciaram a luta política do bairro, de um simples recital de poesia com o Arcebispo Primaz do país, Dom Avelar Brandão Vilela, para a construção dos equipamentos comunitários presentes até então no bairro, transformando-se mais tarde o JUC na Associação de Moradores do Calabar, uma célula atuante no processo reivindicatório para melhoria das condições para a área, condição que despertou a atenção da Prefeitura, culminando com a visita do prefeito Mario Kertesz em 1979 no Calabar. O morador Fenando Conceição com outras lideranças optaram pela permanência das residências no local, continuando a busca por melhorias definitivas, sem fazer concessões para o poder público, esforços que continuaram concentrados na luta pelo título da terra, fato acontecido através do decreto 6.037/80 em 11 de novembro de 1980, onde declara de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 79.354 m², poligonal do Calabar (ALMEIDA SOUZA; GUIDICE, 2000; CONCEIÇÃO, 1984; 2011).

A história do Calabar, como nas demais favelas-comunidades oriundas de espaços vernaculares em Salvador, os atores sociais são promotores da resistência aos desígnios da desproporção, buscam ações e relações no preenchimento do espaço deixado pelo poder público, na tentativa de superar as desigualdades socioeconômicas, em disputa com as principais vertentes da produção de capital (funditários, poder público, empresários), essa construção orientou no Calabar a

produção do espaço urbano na localidade (CASTELNOU, 2003; CONCEIÇÃO, 1984; 2011; GOTTDIENER, 2010).

4.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO CALABAR

Figura 11 - Foto Aérea do Calabar, Jardim Apipema e Graça



Fonte: Silva (2004).

As relações de produção do espaço no Calabar transcorreram inicialmente conflituosas com as localidades adjacentes, porém após legítima disputa entre os territórios, por razão imobiliária, os moradores adquiriram uma convivência pacífica, com os da classe alta circunvizinha. O recrutamento da mão-de-obra tornou-se preponderante na aproximação entre os dois grupos sociais, restando apenas à comunidade a administração de suas adversidades e dificuldades (SILVA, 2010).

Para Silva (2010), o fechamento do Calabar é simbólico, enquanto na Graça e o Jardim Apipema, suas edificações estabelecem barreiras perimetrais para impedirem o acesso e circulação de pessoas. A localidade do Calabar constitui-se por aberta à visitação pública, porém fica restrita aos seus moradores, devido ao estereótipo de difusão em massa como bairro perigoso, tal condição fomenta o

medo urbano, constituindo a demarcação cultural da comunidade, que dimensionada pela classe dominante, faz-se por rejeitar o local, ou seus moradores (ESPINHEIRA, 2008; CONCEIÇÃO, 2011; SILVA, 2010).

No Calabar, repetindo o que eu acabei de te dizer, ele não é a comunidade dentro de Salvador, na realidade atual de Salvador e também nunca foi, uma região cujo índice de criminalidade venha assustar. Existe uma imagem pública, uma imagem midiática, sobre essas comunidades, sobre o Nordeste de Amaralina, sobre Sussuarana, sobre o Calabar. Quer dizer, cria-se essa imagem, certo? Que essa imagem que se cria e se difunde, nos programas sensacionalistas, populistas e etc., etc., faz com o que o senso comum pense, que nessas comunidades, onde vivem pessoas pobres, existe grau, índice alto de criminalidade, mas não condiz, nem com os dados levantados pelas organizações como a própria Secretaria de Segurança a Igreja, que fazem monitoramento disso, aliás, não condiz nem com a realidade e não há relação nenhuma com pobreza. (Informação verbal).²⁸

Na imagem pública do Calabar, perpassa a ideia de um território de descoesão social, onde as relações de produção do espaço são conflituosas, pautadas nas disputas incessantes. Essa condição mostra rotulagem característica para o poder estruturante, a exemplo da mídia, que associa comportamentos desviantes aos residentes locais, em função da pobreza instalada, impedindo o acesso ao território, essa negação oportuniza a instalação da atividade criminosa por “acostumação”, sobretudo em crianças e adolescentes, que deixam de serem assistidas por razão da ausência de vigilância e acompanhamento de suas atitudes pelo poder público (BECKER, 2008; COSTA GOMES, 2005; CONCEIÇÃO, 2011).

Com isso a comunidade do Calabar passou a organizar-se e preencher as lacunas não assistidas pelo governo, regularizando alguns equipamentos culturais e comunitários que desenvolvem junto à comunidade papéis deixados pela função estatal, porém insuficientes para atender a demanda populacional. A Escola Aberta do Calabar, por exemplo, constitui-se como uma instituição que atende à educação infantil na comunidade, conveniada com outras entidades educacionais, em suas atuações registra-se o prêmio ganho pela UNESCO com o melhor projeto de educação do Estado da Bahia e considerada pela Rede Manchete de televisão, com o prêmio de “Melhor Alfabetizadora da Década”, possui intercâmbio com a Escola

²⁸ Entrevista Fernando Conceição, 2011.

Baden na Suíça e Aliança Brasil e Estados Unidos da América (ACBEU) (SANTOS et al, 2010).

O prédio multiuso construído pela comunidade abriga o escritório da Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar (ASBRC), a Biblioteca Comunitária do Calabar, Creche Comunitária o Calabar, Rádio Comunitária do Calabar, Padaria Comunitária, Marcenaria Comunitária e salas de aula, conta com um pré-vestibular para adulto, serve também como sede também do Programa Pacto pela Vida do governo do estado através da Base Comunitária de Segurança (BCS) primeira da PMBA (SSP-BA, 2011; SANTOS et al, 2010).

A dinâmica de produção do espaço urbano no Calabar é orientada pelas condições de disputa impostas pela natureza intrínseca de sua estrutura sócio-política do local, isto caracteriza os moradores, que expõem as dificuldades vivenciadas no cotidiano, com ações verbalizadas na rádio comunitária, reuniões na associação dos moradores, ou ainda Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar, qual possui uma escritórios de mediação de conflitos, com lideranças representativas e atuantes nas demandas da comunidade, expressando os anseios do bairro, bem com as deficiências provenientes da vida coletiva urbanizada.

Agora, a questão da escolha do Calabar, aí eu posso tá te respondendo que eu penso que o seguinte: por uma questão de luta até, de Calabar ser uma comunidade já conhecida pela sua luta comunitária né? Tem uma história, tem uma historia de resistência né? Por ser também uma comunidade pequena né?
(Informação verbal).²⁹

Outras formas de comunicação com a comunidade são disponibilizadas pelos órgãos comunitários do Calabar, para superar às dificuldades impostas pelo falta de acesso aos moradores que de alguma forma não estejam inseridos nos grupos de mediação, vemos na figura 12 uma maneira da ampliar a informação sobre qualificação de mão-de-obra, objetivando a difusão com a comunidade.

²⁹ Entrevista Justina Silva, 2011.

Figura 12 – Difusão pela Associação de Moradores de inscrições em cursos



Fonte: Produzida pelo Autor (2011).

Nota-se também na figura 13 que a irregularidade das construções no Calabar, sem prévio planejamento, leva à falta de espaço urbano aberto na localidade, que possa servir de área para uso comum (CONCEIÇÃO, 2011).

É um abuso interno você, no caso o Calabar que eu conheço bem, mas isso pode ser estendido para qualquer outras dessas comunidades, há um amontoado de construções desregradas, não há áreas de ventilação, raramente a comunidade preserva uma área livre pra o uso comum, vai se ocupando tudo, os mínimos espaços certo, por falta de uma autoridade que dissesse não, vou regular. Aqui tem que ser. No caso de comunidades, a autoridade tem que ser a comunidade, ou seja, através da sua representação, associação de moradores ou conselho que determina, ora esse espaço aqui é um espaço publico, no sentido assim de uso comum, não é porque é publico eu vou fazer o que eu quero fazer. (Informação verbal).³⁰

Percebe-se a afirmação de Conceição (2011), que o excesso de construções no Calabar forma um amotinado amorfo que carece de um poder regulador, necessariamente, não precisa ser o governo, mas qualquer liderança, que estabeleça a diferença entre o privado e o de uso comum, a normatização para evitar o desregramento do espaço no bairro, e suas complexidades decorrentes das relações sociais que segundo Santos (2004), esse processo fragiliza o conteúdo do espaço urbano consequente das relações temerárias entre os laços nucleares (familiares).

A altíssima concentração populacional do Calabar torna-se uma questão de distribuição espacial, em que cíclico enfrentamento das adversidades, cria na

³⁰ Entrevista Fernando Conceição, 2011.

localidade uma busca incessante pela sobrevivência dentro do centro da cidade de Salvador. A fala da moradora Justina Silva retrata que desde o movimento iniciado em 1977, poucas coisas foram novamente construídas, confirma esta necessidade de sobreviver em um centro urbano num território desigual e fragmentado.

[...] E aí, hoje, nós não temos mais nada construído. Essa própria, essa própria vulnerabilidade, ele não tá construindo. Não tá fazendo com que a gente construa. Porque você vê, que da década de 77 pra cá, quantas coisas nós construímos, foram construídas aqui na comunidade. Todo esse aparato que você tá vendo foi construído nessa década. Chegou o momento que aqui a gente estagnou. Tanto estagnou o processo de avanço da própria, os espaços, a necessidade das pessoas morarem, foram delimitando né? É tanto que a gente, a associação nós não avançamos mais no que tange a espaço, a ocupar espaço, restringiu. O que aconteceu foi uma segregação. As casas elas foram ó, sendo ampliadas, ampliadas, ampliadas e os espaços públicos diminuindo. Aonde tem espaço público, tem gente que pode ocupar, termina ocupando e, com isso também, há uma segregação também, porque assim se você tiver a possibilidade de ter jardins, praças e tal, isso possibilita as pessoas de se locomoverem e até uma qualidade de vida melhor né? Mas essa própria segregação dificultou. [...]
(Informação verbal).³¹

As consequências das construções irregulares no Calabar, exemplo na Figura 13, sobrepõem à ocupação do espaço contribuindo para a ineficiência da utilização dentro da própria comunidade de “áreas de uso comum”, comprometendo inclusive à ventilação, deixando aumentada a suscetibilidade insalubre dentro dos domicílios, desdobramento para redução das condições de saúde dos moradores, entre outros problemas de saneamento básico, acessibilidade, zoonoses, de saúde coletiva.

³¹ Entrevista Justina Silva, 2011.

Figura 13 – Foto das construções no Calabar



Fonte: Produzida pelo Autor (2011).

A figura 13 também visibiliza a reprodução do espaço urbano no Calabar, reitera a ausência de intermediação do poder público com os agentes intraurbanos da comunidade, em orientações e fiscalizações para evitar o preenchimento dos espaços vernaculares com construções irregulares, responsáveis pelo acentuado número de injustiças urbanas, conflitos e exposição dos domiciliados as condições de riscos ambientais e socioeconômicos, aumentando os custos sociais, com o superpovoamento e permitindo a ação isolada de indesejáveis criminosos na comunidade (GOTTDIENER, 2010).

Observa-se, na Figura 14, o estreitamento das moradias, com visibilidade próxima uma das outras, quase contíguas, segundo Silva (2010) essas habitações, com esse grau de proximidade, retira a privacidade, promovendo a suscetibilidade de conflitos, comuns a natureza humana, porém remete a uma cultura de agressividade devido ao adensamento desregrado com relação competitiva entre a população jovem, sem ocupação e vivenciando as condições sociobiogênicas, e também do determinismo resultante da organização social, bem como adaptação e mutação para a realidade local nas imposições ambientais propostas pelas adversidades.

Figura 14 – Foto das construções no Calabar



Fonte: Produzida pelo Autor (2011).

As disputas pelo espaço no Calabar invadem as questões voltadas aos direitos humanos. Encontramos na comunidade núcleos comprometidos com a aliança de redução de danos na mediação de conflitos, mesmo recortada pelas disputas entre duas localidades rivais, “Bomba” e “Camarão”, a intermediação torna-se característica no modelo de produção do espaço, como dissolução dos problemas inerentes as contingências jurídicas e a violação da dignidade humana para os diversos agentes, quer públicos ou privados. Funciona também na sede da BCS um escritório de mediação de conflitos, atendendo e auxiliando a comunidade em causas comuns, conforme se vê na figura 15.

Figura 15 – Centro de Direitos Humanos no Calabar em Camarão



Fonte: Produzida pelo Autor (2011).

Eu vejo o seguinte: isso não tem muito tempo. Essa separação de Bomba e Camarão. Isso é coisa de 4 anos é novo. Isso é coisa nova, isso é coisa que surgiu agora, isso nunca existiu antes, nunca! Nunca! Né? O que acontece é que a fórmula que o governo tá, encontrou, pra mim é a mais correta né? Porque o que é que a polícia fazia antigamente? Entrava na comunidade, dava 30 tiros em nossos jovens, botava no fundo da viatura, levava pro HGE pra dar socorro. Mentira! É, eu tô dizendo se evitar, se evitar que a droga chegue na comunidade, que a droga não é produzida na comunidade né? Se evitar que droga chegue, acaba. Acaba o problema da divisão. (Informação verbal).³²

Segundo Gilson Magalhães (2011), o “Siba”, diretor financeiro da ASBRC, Conselheiro Tutelar e Mediador de Conflitos pela JUSPOPULI33 divisão espacial e simbólica no Calabar é uma questão recente e de delimitação social, fruto da criminalidade organizada, onde se percebe na rede urbana um processo econômico criminal vinculado ao tráfico de drogas, que percorre as comunidades mais pobres, em busca de novos mercados consumidores, interagindo e fragmentando o tecido social (AMORIN, 1993; COSTA GOMES, 2005).

Outro aspecto a ser discutido no Calabar diz respeito à memória individual para construção do espaço percebe-se de um morador para outro as distorções entre o “espaço real”, a exemplo da rua Nova do Calabar, localidade que é reconhecida pelo IBGE como setor censitário; e o “espaço da memória” que atribui o setor identitário chamado de “Camarão”, conhecido exclusivamente nas memórias individual e coletivas da comunidade, quais conseguem estabelecer, inclusive a memória histórica, com marcos bem definidos, a exemplo do ano de 1977, que registrou o início da lutas políticas frente ao processo de favelização do Calabar, e sempre noticiado pelos moradores (ABREU, 2011).

³² Entrevista Gilson Magalhães, 2011.

³³ É um Escritório de Direitos Humanos, também é uma organização não governamental que tem como missão contribuir para a efetivação dos direitos humanos, através da democratização do Direito e da promoção do acesso à Justiça.

Figura 16 – Serviço público na Sociedade Beneficente e Recreativa do Calabar



Fonte: Produzida pelo Autor (2011).

No aparelho comunitário da ASBRC, mostrado na figura 16, funcionam também alguns serviços para comunidade: padaria, acesso ao acervo da biblioteca, veiculação de notícias através da rádio comunitária e os serviços públicos temporários, como o Sistema Municipal de Intermediação de Mão-de-obra (SIMM). As atividades que não são rotineiras fazem parte do projeto de implantação da BCS, como ação do Projeto Pacto pela Vida recentemente instalado na comunidade.

Segundo Clélio Araújo (2011), radialista, agente de saúde, mediador de conflitos e morador do bairro “as ações da prefeitura não entram aqui por causa do tráfico. Quer dizer, entra lixo, telefone, cervejaria, correios o serviço geral entra”, para ele a questão é rotulada para rediscutir o Calabar como bairro perigoso, fornecendo uma imagem negativa, para justificar o afastamento entre os poderes públicos e a comunidade. Lógica atualmente modificada pelo Programa Pacto pela Vida do governo do estado, que segundo o morador, permitiu a presença de diversas secretarias estaduais e municipais, colocando o bairro sob um olhar midiático, sem a discriminação negativa, porém a comunidade carece muito de melhorias na infraestrutura social.

Na área cultural, além de músicos, compositores e grupos de pagodes originados da comunidade do Calabar, existem vários projetos, para: A biblioteca Comunitária do Calabar, fundada em 2006, em parceria com a ASBRC, com o Instituto C&A e a AVANTE Educação e Mobilização Social, com um acervo de mais de 8 mil livros e a Rádio Comunitária, que trabalha diretamente com a divulgação de

serviços e pregações religiosas, é composta por sete radialistas voluntários e a participação diária de pastores de igrejas evangélicas e um diácono (SANTOS et al, 2010).

4.2 AS DESIGUALDADES NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO CALABAR

O bairro do Calabar compõe juntamente com Altos das Pombas, Sobradinho e Federação, a UDH-Calabar, que demarca a dimensão física dos bairros, nos perímetros ortogonais estabelecidos para parâmetros de pesquisa, assim a partir do censo de 1991 apresentavam 15.888 habitantes passando a 16.937 em 2000, e aproximadamente 20.000 habitantes no censo de 2010 (IBGE, 2011; PNU/ONU, 2006).

O Altíssimo adensamento populacional da UDH-Calabar e sua distribuição espacial adjacente e irregular, dispostos nas densidades demográficas de 23.026 hab/Km² em 1991 e 24.546 hab/Km² em 2000, servem como ferramentas de análise nos indicadores socioeconômicos dispostos pelo IBGE, e permitem comparações entre áreas de estratos sociais diferentes e dinâmicos (Altos das Pombas, Sobradinho e Federação) quais refletem na região de influência de (re)produção no Calabar (IBGE, 2008; LEFEBVRE, 1999; LE GOFF, 1990; PNUD/ONU, 2006; VILLAÇA, 1998).

Na UDH-Calabar estão acentuados os indicadores de vulnerabilidade socioeconômica, e conforme censo 2000 pode-se apresentar para área uma taxa de mortalidade³⁴ infantil no valor de 31,18 por mil nascidos, por específico este indicador reflete a baixa condição sanitária de saneamento básico local, que associado ao índice de envelhecimento de 5,28% dos habitantes com mais de 60 anos de idade, reflete que na UDH-Calabar os moradores estão submetidos a uma condição de precariedade, qual indica desassistência primária à saúde coletiva, principalmente as condições higiênico-sanitárias (PNUD/ONU, 2006; ROUQUAYROL; ALMEIDA FILHO, 1999).

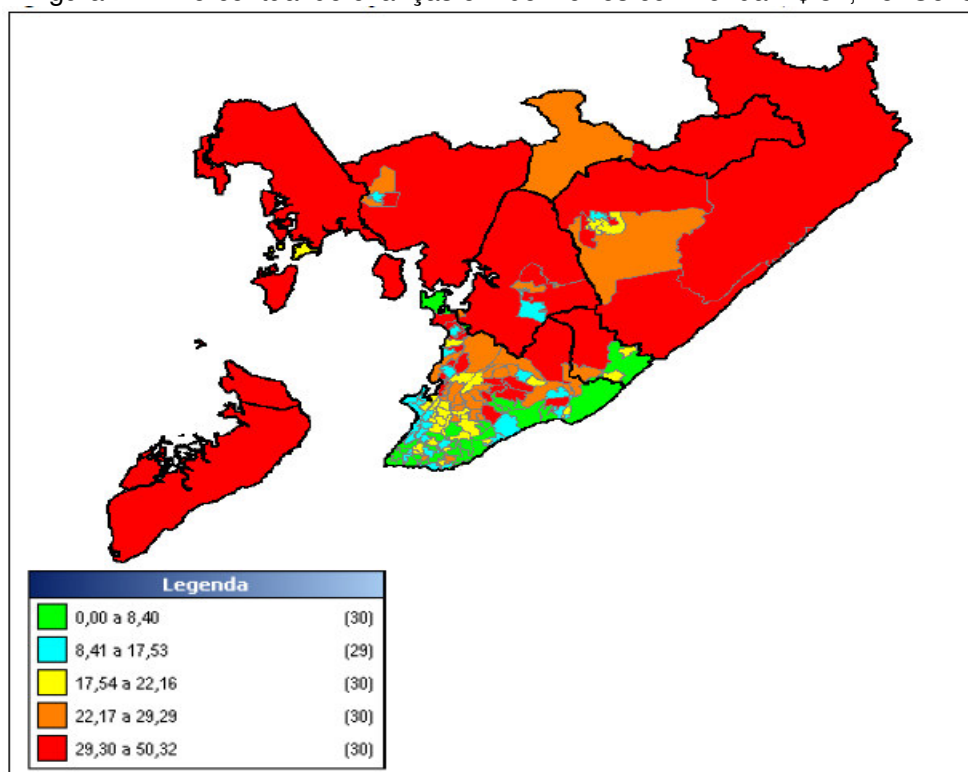
Outro indicador socioeconômico da UDH-Calabar que revela desigualdade corresponde ao de renda per capita menor que o valor de R\$ 75,50 (setenta e cinco

³⁴ Segundo Rouquayrol; Almeida Filho (1999) a taxa ou coeficiente de mortalidade infantil são definidos como quocientes entre as frequências absolutas de óbitos de crianças menores de 1 ano e número de nascidas vivas no mesmo ano, em uma determinada área e multiplica-se por mil o valor encontrado.

reais e cinquenta centavos) possui cifra de 40,20% dos domicílios, pode-se compará-lo ao UDH-Bairro da Paz, em situação crítica com 68,94% dos domicílios, enquanto UDH-Pituba possui 2,26% dos domicílios mostrando a hierarquização do espaço urbano em Salvador na modalidade renda (PNUD/ONU, 2006).

A ocupação da população juvenil torna-se uma preocupação do poder público e um problema para a sociedade, merecendo atenção e análise. O parâmetro como a taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos, por exemplo, mostra alguns dos problemas encontrados na UDH-Calabar, que apresentou cerca de 39,10% de desemprego juvenil em 2000, demonstrando o nível de inclusão no mercado de trabalho da população juvenil residente e, quando comparada essa mesma taxa com a UDH-Vilas do Atlântico com 19,48% dos seus jovens desempregados, percebe-se com a disparidade local a fragmentação dentro território da cidade de Salvador (COSTA GOMES, 2005; PNUD/ONU, 2006).

Figura 17 – Percentual de crianças em domicílios com renda R\$ 37, 75. Censo 2000



Fonte: PNUD (2006).

Analisa-se, na figura 17, que, na UDH-Calabar, o percentual de crianças em domicílios com renda de R\$ 37, 75 (trinta e sete reais e setenta e cinco centavos), segundo o censo de 2000, corresponde á 16,21% da sua população, nota-se que a